

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

FLÁVIO RISUENHO LAUANDE

PROGRAMA NAVEGAPARÁ

inclusão social na região metropolitana de Belém, no período entre 2007 e 2014

BELÉM-PARÁ

2021

Flávio Risuenho Lauande

PROGRAMA NAVEGAPARÁ: inclusão social na região metropolitana de Belém, no período entre 2007 e 2014

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador/a: Prof. Mestre Jussia Carvalho da Silva Ventura.

Belém- Pará

2021

Ficha Catalográfica

LAUANDE, Flávio Risuenho

Programa Navegapará: inclusão social na região metropolitana de Belém, no período entre 2007 e 2014 / Flávio Risuenho Lauande. Belém: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas f.:104

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador/a: Jussia Carvalho da Silva Ventura

Flávio Risuenho Lauande

PROGRAMA NAVEGAPARÁ:
inclusão social na região metropolitana
de Belém, no período entre 2007 e 2014

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas da Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em: 03 de dezembro 2021

Profa. Ms. Jussia Carvalho da Silva Ventura
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Ana Paula Dias Andrade
UFPA Brasil

Prof. Dr. Raul Da Silva Ventura Neto
UFPA Brasil

Profa. Dra. Ana Lúcia Prado Reis dos Santos (suplente)
UFPA Brasil

Dedico este trabalho à adorável Carolzinha e
Marcelinho. Queridos, vcs me deram força
para prosseguir minha caminhada

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que de alguma maneira contribuíram antes e durante a realização deste estudo.

Agradeço ao meu amigo Raimundo Sena, a professora Dulcelina Pinheiro e a minha Esposa Ilka Oliveira pela sugestão ao trabalho

Reservo meu agradecimento especial a minha orientadora Jussia Carvalho da Silva Ventura

Agradeço a todos e todas que responderam meus questionários, que ajudaram muito na construção deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas do PT.

Meus agradecimentos a jovem Letícia Soares e a professora Ana Cristina pela imensa contribuição ao texto escrito.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o programa navegapará em sua perspectiva de política pública no estado do Pará, dando ênfase, a suas mudanças ligadas a gestões governamentais em diferentes épocas. O programa teve como principal meta beneficiar todos os grupos que possuem baixos poder aquisitivos e que vivem em bairros periféricos do Estado do Pará. Foram verificados, na presente dissertação, como as mudanças implementadas atingiram o atendimento à população, bem como entrevistas com beneficiários e gestores do infocentros nos bairros beneficiados. Foram realizados levantamentos de números referentes à quantidade de pessoas atendidas pelo programa entre 2007 e 2014. Também se analisou se o programa continua mantendo sua função social por meio da inclusão digital da população mais carente da região metropolitana de Belém. A metodologia teve como base a pesquisa de literatura apoiada em três vertentes: uma que subsidie o mapeamento econômico-político-social do Pará, espaço da pesquisa empírica; a outra vertente bibliográfica deve apontar para as dimensões das novas tecnologias e política Públicas, aprimorando as categorias de análise. No segundo momento, a pesquisa incluiu coleta de dados secundários no Pará para o reconhecimento do espaço de estudo, através do levantamento documental e institucional. Os procedimentos de coleta de dados primários foram de tipo quantitativo e qualitativo com a utilização da técnica de aplicação de formulários estruturados.

PALAVRA-CHAVE: POLÍTICAS PÚBLICAS. CIDADANIA. INCLUSÃO DIGITAL.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the Navegapará program in its perspective of public policy in the state of Pará, emphasizing its changes linked to governmental management at different times. The main goal of the program was to benefit all groups with low purchasing power and who live in peripheral neighborhoods in the State of Pará. It was verified, in this dissertation, how the changes implemented reached the service to the population, as well as interviews with beneficiaries and responsible persons. infocenters in the benefited neighborhoods. Numbers were surveyed regarding the number of people served by the program between 2007 and 2014. It was also analyzed whether the program continues to maintain its social function through the digital inclusion of the poorest population in the metropolitan region of Belém. The methodology was based on literature research supported in three aspects: one that subsidizes the economic-political-social mapping Pará, a space for empirical research; the other bibliographic strand should point to the dimensions of new technologies and citizenship, improving the categories of analysis. In the second moment, the research included collection of secondary data in Pará for the recognition of the study space, through the documentary and institutional survey. The primary data collection procedures were quantitative and qualitative and will include: structured forms, interviews and systematic observation.

KEYWORD: PUBLIC POLICY. CITIZENSHIP. DIGITAL INCLUSION

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01: Infovia Norte-Sul	16
Imagem 02: Rede Metrobel em fibra óptica em Belém (2013)	16
Imagem 03: panfleto sobre o programa Navegapará	17
Imagem 04: Histórico dos Municípios com cidades digitais	19
Imagem 05: A internet e aprendendo com o Infocentro	23
Imagem 06: Sala de um Infocentro funcionamento	26
Imagem 07: Infocentro em pleno funcionamento	27
Imagem 08: Um infocentro com portas fechadas	59
Imagem 09: Panfleto da Audiência Pública Infocentros	61
Imagem 10: Reportam sobre fechamento Infocentros do Navegapará	66
Imagem 11: jornal de prestação de contas de Edilson Moura	74
Imagem 12:Ofício n.016-2015 SECTET	79
Imagem 13: Regimento Interno do Infocentro.	84
Imagem 14: Reportagem no Diário do Pará sobre a inauguração do Infocentro	86

LISTA DE SIGLA

AGESIC	Gestão eletrônica e da Sociedade da Informação e do Conhecimento
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BASA	Banco da Amazônia
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo à estudos e pesquisas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAC	Movimento de Ação Comunitária
MCT	Ministério da Ciência e tecnologia
PSDB	Partido Social Democrata
PT	Partido dos Trabalhadores
SECTI	Secretária Executiva de Ciência e Tecnologia
SEDECT	Secretária de Estado de Desenvolvimento ciência e Tecnologia
TIC	Tecnologia da Informação
UC	Unidade Consumidora

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 2 - PARTICIPAÇÃO POLITICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E TECNOLOGIA: O CASO DO PROJETO NAVEGAR PARÁ	13
2.1: PROJETO NAVEGAPARA	13
2.2 OS EMBATES TEORICOS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLITICA, POLÍTICA PÚBLICA E INCLUSÃO DIGITAL.	29
2.2.1. -Em busca de uma teoria da participação política.	29
2.2.2 – Novas Tecnologia, politicas pública e inclusão digital.	38
CAPITULO 3: A CRISE DOS INFOCENTROS, O SEU FIM E AS REPERCUSSÕES.	46
3.1 AS RELATOS DOS AGENTES PÚBLICOS SOBRE A CRISE DOS INFOCENTROS	46
3.2 – AS AUDIENCIAS PÚBLICOS: INFOCENTROS POR QUE NÃO ESTÃO FUNCIONANDO?	58
3.3 - INFOCENTROS: CRISE E FIM E REPERCUSSÃO NA VOZ DA COMUNIDADE	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERENCIA BIBLIOGRAFICA	87

1- INTRODUÇÃO

Esta dissertação é objeto de uma pesquisa no mundo da política usando referenciais da área das Ciências Humanas com ênfase conceitual da Sociologia, da história e da Política, a partir das variáveis centrais de inclusão digital e políticas públicas. Intitula-se: Programa Navegapará de Inclusão Digital como Instrumento de Inclusão Social na Região Metropolitana de Belém, no período entre 2007 e 2014.

O estudo examina se: a desativação dos Infocentros ocorrida com a mudança de governo em 2011, levou ao desvio de finalidade do Programa Navegapará? O programa, ao reduzir o acesso individual a computadores e a internet, impede o desenvolvimento social e econômico de pessoas de baixa renda?

A escolha da temática "Inclusão Digital", para reflexão no mestrado, tem sua origem no período em que trabalhei como assessor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia – SEDECT, no ano 2007, durante o governo de Ana Júlia Carepa pelo Partido dos trabalhadores (PT).

No início do governo de Ana Júlia Carepa foi criado o Programa de Inclusão Sociodigital do Governo do Estado do Pará – Navegapará, tendo como meta a democratização da sociedade através do acesso à internet e do ensino de diversos programas de informática a população. Durante o processo de implantação do Programa fomos convidados para dirigir os Infocentros (significando ações de democratização de acesso à população paraense). Nos anos de 2011 à 2014, o governo do Estado é assumido por Simão Jatene, eleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). E no dia 12 de abril de (2011), às 14h, no auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), foi realizada uma audiência pública, em o Secretário de Ciências e Tecnologia, do governo Simão Jatene declarou que "O Estado não tem como arcar com os pagamentos das contas de energia dos Infocentros, é necessário que as entidades procurem outros parceiros para tal tarefa". (MOURA, 2011), decretando o fim dos Infocentros.

Outra razão importante que motivou a opção de estudar uma Política Pública específica de inclusão digital como Programa Navegapará é o fato de dar continuidade a minha formação acadêmica na área de Políticas Públicas, pois no período de 2013 à 2015, cursei a especialização em Gestão e Políticas Públicas pela também Fundação de Sociologia e Política de São Paulo e Fundação Perseu Abramo, que me oportunizou o

contato e investigação com o tema na área da Políticas Públicas, que resultou na monografia intitulada “O acesso ao ensino superior na cidade de Belém(PA): a experiência do cursinho Popular Eduardo Lauande como ferramenta de Construção Social”. As conclusões da monografia sugeriam a importância de política inclusão social à segmentos secularmente excluídos da possibilidade de acesso à cidadania. Este caminho percorrido despertou, ainda mais, o interesse em estudar Políticas Públicas na Amazônia e avaliar a maior política pública da região Norte, o Programa Navegapará, desta vez voltado para inclusão digital.

O referencial teórico metodológico do presente estudo se apoiou em leituras sobre uma literatura em duas vertentes: uma que subsidiou o mapeamento econômico-político-social do Pará, espaço da pesquisa empírica; a outra vertente bibliográfica que apontou para as dimensões gênero e representação política, aprimorando as categorias de análise. Esta etapa da investigação contou com a visita e pesquisa de bibliotecas virtuais de instituições de Ensino Superior brasileira; além de consulta na Internet. A pesquisa incluiu coleta de dados secundários, através do levantamento documental e institucional (consulta a relatórios técnicos, resultados de pesquisas, levantamento de produção, programas e projetos governamentais, dissertações e teses). Essa consulta procurou verificar como as mudanças implementadas atingiram o atendimento à população pelo programa Navegapará e analisar os números referentes à quantidade de pessoas atendidas pelo programa entre 2007 e 2014. Os procedimentos de coleta de dados primários foram a partir de formulários estruturados aplicados aos gestores e lideranças comunitárias.

Este trabalho é importante politicamente, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Do ponto de vista teórico, na medida em que: a) pode contribuir para ampliar os estudos sobre políticas públicas, enfocando outros processos sociais e outros atores, para além dos estudos até agora restritos ao Estado, legislativo e executivo; b) pode contribuir para aprofundar o debate sobre mídias sociais na medida em que trará importante contribuição sobre programas de inclusão digital; c) e pode, ainda, dialogar com os estudos sobre democracia e cidadania, na medida em que identifica e analisa formas de inclusão social de segmentos historicamente excluídos das esferas de poder. Do ponto de vista prático, pode contribuir, por um lado, com programa Navegapará e outros, para uma reflexão sobre “inclusão digital” e outros mecanismos e processos de construção da cidadania e de fortalecimento da democracia. Por outro, com a participação do Estado, analisando os principais canais de articulação, interlocutores e, até executores das políticas públicas

O grande desafio na realização deste trabalho foi a pandemia COVID 19 que dificultou o processo de investigação tanto do levantamento documental, quanto aplicação dos formulários, levando à alterações e readequações ao trabalho.

Como trabalho escrito, 03 (três) capítulos estão concatenados numa disposição que possibilita a compreensão das relações envolvidas no processo estudado. O primeiro capítulo é esta introdução que contextualiza a pesquisa explicitando a pergunta problema, a metodologia adotada, dificuldades, relevância e as motivações para realizá-la. O segundo capítulo trata do programa Navegapará e debate teórico sobre o tema inclusão digital como política pública. No terceiro capítulo é realizada uma discussão sobre a crise dos Infocentros, o seu fim e as repercussões, recorrendo relatos dos agentes e da comunidade, bem como das audiências públicas. Este trabalho suscitou uma série de novas demandas que requerem a atenção de novas investigações, principalmente sobre os desafios da inclusão digital e políticas públicas para realidade latino-americana.

CAPITULO 2 - PARTICIPAÇÃO POLITICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E TECNOLOGIA: O CASO DO PROJETO NAVEGAR PARÁ.

2.1: PROJETO NAVEGAPARA

A globalização e o avanço tecnológico impõem novos desafios para as relações humanas no mundo contemporâneo, uma vez que os meios de comunicação se transformaram em um grande espaço de interação e legitimação de discursos sociais e políticos. As novas mídias, em especial a internet, modificam a forma de comunicação e representam a atual formatação das relações sociais no século XXI.

Na atualidade, um número considerável da população mundial vem utilizando as redes de computadores e outros meios de comunicação de massa para se comunicar, pois com a inserção da tecnologia midiática, houve mudanças profundas nas formas de relacionamento entre os indivíduos, além de promover novos hábitos e uma nova maneira de pensar, a emergência da era digital possibilitou estar em vários lugares ao mesmo tempo.

No final do século XX, a sociedade encontrava-se em fases de transformações ligadas ao modo de passar informações. A rede ganhou espaço no âmbito institucional e familiar, criando um elo com sociedade. Mas como a sociedade reagiu a um novo paradigma de comunicação no âmbito social? A internet surge como uma ponte de ligação do virtual para o real, diminuindo distâncias, aproximando pessoas. Para Castell (2010: 45), vivemos em uma sociedade conectada, constituída não somente por pessoas, mas empresas, Estados e direcionadas ao contexto regional, nacional e internacional.

O novo paradigma tecnológico teve início em meados dos anos 60, com o surgimento das novas tecnologias e informações que se desenvolveram de forma desigual no mundo. O que se compreende é que a sociedade dá forma as novas tecnologias de acordo com seus valores e interesses, ou seja, a sociedade é a rede de comunicação. A internet é a principal ferramenta construtiva no processo de integração dos meios tecnológicos para a sociedade. A internet também participa do desenvolvimento construtivo dos indivíduos que possuem contato com esse meio.

enquanto os media tradicionais, e a televisão em especial, têm um enorme papel na construção da identidade colectiva, a Internet influencia mais a construção da identidade individual analisando como os indivíduos cada vez mais contam com os seus próprios recursos para construir uma identidade,

coerente para eles próprios, num processo aberto de auto-formação como um projecto simbólico [...](TUBELLA, 2005, p.12)

A internet oferece suporte para a construção de uma nova identidade subjetiva do indivíduo que usa essa ferramenta no seu convívio social e diário, criando um mundo virtual que separa ao mesmo tempo que une. Nesse sentido, cria-se um novo modelo cultura social denominado por Ciberespaço. De acordo com Lévy (1999, p. 17), o ciberespaço significa "o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores". O novo modelo de comunicação possibilita a interação comunicativa do tipo muitos-a-muitos, transformando as relações na conjuntura social e econômica. A globalização e o capitalismo penetram-se nesse contexto social atual da sociedade.

Castells (2005:39), afirma que a internet se tornou o atual paradigma sociotécnico, alterando toda vida social contemporânea. Ele afirma ainda que é a própria sociedade que molda a tecnologia conforme os seus interesses, "Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias".

Castells (2005:40) continua afirmando que existe um novo sistema de comunicação, um sistema universal. Esse sistema, segundo o autor, promove a interação digital através do globo, pois permite a cada indivíduo interligado compartilhar sons, imagens, textos com o propósito de informar, o autor escreve,

[...] um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura, como os personalizando ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (CASTELLS, 2005, p.40)

Em outro trecho de seu livro, Castells (2005:41) nos escreve sobre as mudanças que ocorrem na sociedade através dos meios de comunicação,

as mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica (...) a consciência ambiental permeou as instituições da sociedade, e seus valores ganharam apelo político a preço de serem refutados e manipulados na prática diária das empresas e burocracias.

Essas mudanças afetam todas as áreas da sociedade, pois nenhuma área está isenta da influência desse novo sistema de comunicação. Alterando a forma de inclusão social e de democratização da sociedade.

O Programa de Inclusão Sociodigital do Governo do Estado do Pará- Navegapará, que foi criado em 2007, início do governo de Ana Júlia Carepa do Partido dos Trabalhadores (PT) , através da rede de computadores, constrói conexões interacional que vão do local ao global, reproduzindo as novas formas de interação social, comunicação e informação da sociedade contemporânea.

O Navegapará compõe as ações previstas no Plano Plurianual (PPA) da PRODEPA e da Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia (SECTI), sendo um projeto de inclusão digital que teve como meta a democratização da sociedade paraense por meio do acesso à internet e do ensino de diversos programas de informática a população. (NAVEGAPARA, 2020). De acordo com dados de campo, percebeu-se que houve um esforço governamental para estruturar o programa “Navegapará” na dimensão social, político e territorial do Estado do Pará.

Esse caminho de estruturação foi pensado para o bom funcionamento do Navegapará em cinco grandes ações, sendo: Infovias¹, Redes Metropolitanas², Cidades digitais³, Telecentros⁴ e Infocentros⁵; as imagens 01 e 02 exemplificam essas ações. A ideia é que cada ação individualmente tenha sua importância no desenvolvimento do Estado na perspectiva da inclusão social, mas cabe frisar que as cinco ações estão interligadas em todas as suas fases para o crescimento do Programa Navegapará.

IMAGEM 01: INFOVIA NORTE-SUL

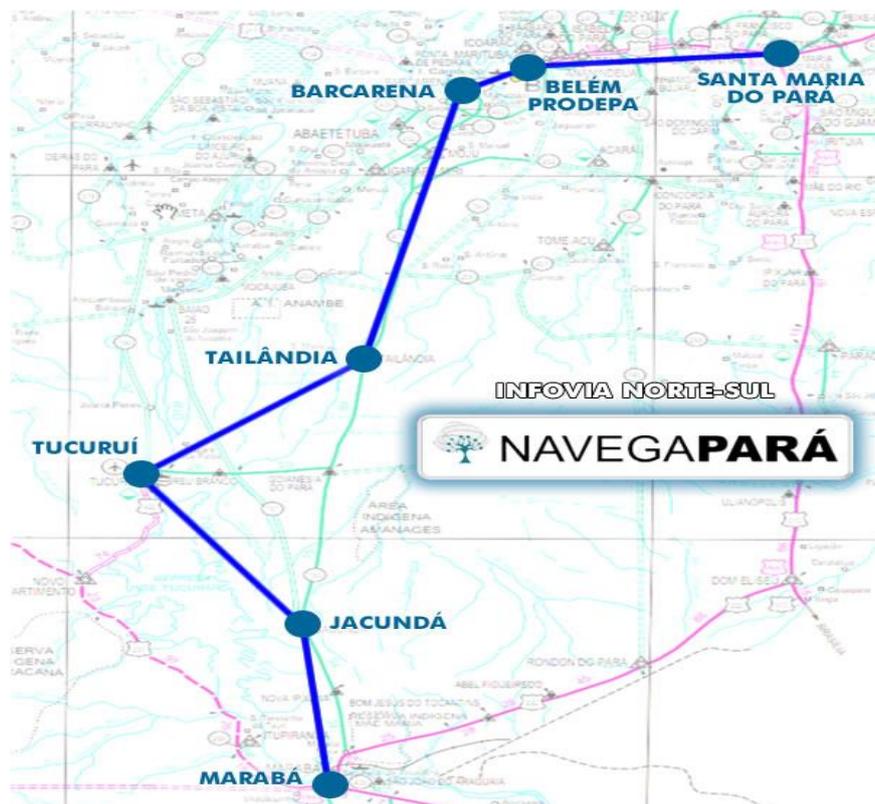
¹ Infovia é uma via de comunicação entre dois pontos, que podem ser dois computadores ou duas redes de pequeno, médio ou grande porte. E especificamente no Navegapará são as vias de comunicação eletrônica que ligam cidades digitais, atualmente o referido programa possui seis grandes Infovias: Norte- Sul; Leste-Oeste; Nordeste; Mineraduto; Sul-Sudeste e Marajó.

² Redes Metropolitanas são redes de dados de alto alcance e no programa Navegapará foi a utilização de pares de fibra óptica para conectar órgãos da esfera estadual, reduzindo custos e melhorando a prestação dos serviços públicos.

³ Cidades Digitais são a instalação de redes banda larga com fibra óptica e rádio frequência, que utilizam a infraestrutura disponibilizada no interior do Estado pela rede da Eletronorte. Elas são responsáveis pela interligação de órgãos públicos estaduais e municipais.

⁴ Telecentros são espaços públicos localizados em escolas da rede municipal de ensino, com computadores conectados à internet.

⁵ Infocentros são espaços públicos constituídos da parceria entre conselhos gestores em parceria com o Governo do Estado.



Fonte: <http://www.navegapara.pa.gov.br/infovia-norte-sul>

IMAGEM 02: REDE METROBEL EM FIBRA ÓPTICA EM BELÉM (2013)



Fonte: <http://www.navegapara.pa.gov.br/rede-metrobel>

O Navegapará foi produzido a partir de dois convênios básicos com a metrobel (rede de fibra óptica na região metropolitana de Belém, coordenada pela universidade federal do Pará), e com a Eletronorte, que cedeu ao governo do Pará dois mil quilômetros de fibra óptica (NAVEGAPARÁ, 2007-2010).

IMAGEM 03: PANFLETO SOBRE O PROGRAMA NAVEGAPARÁ

“ Um povo não pode ser livre sem **acesso à informação e à educação.** É isto que estamos fazendo com o **NAVEGAPARÁ:** possibilitando o acesso à educação. Por isso, mais do que um projeto de **inclusão digital,** este é um programa de **inclusão social,** ”

Ana Júlia Carepa
Governadora do Estado do Pará

NAVEGAPARÁ

O NAVEGAPARÁ, maior programa de inclusão digital do Brasil, tem o objetivo de interligar as unidades do governo em todo o Estado do Pará, a fim de promover uma grande ação de cidadania, possibilitando o acesso gratuito à internet em banda larga, para a sociedade paraense. Tudo através da fibra óptica que fará a interligação digital entre as regiões do Pará, criando condições de desenvolvimento econômico e social ao Estado.

Estarão interligadas instituições públicas de ensino e pesquisa, 600 escolas públicas municipais e estaduais, hospitais, postos de saúde, órgãos de segurança pública e infocentros abertos para o acesso geral da população.

Metrobela

A Rede Metropolitana de Belém (MetroBel) é uma infraestrutura de telecomunicações capaz de prover diversos serviços à sociedade nas áreas de segurança, saúde e educação, por meio da telemedicina, videoconferência e internet em banda larga. Hoje, a MetroBel se estende por cerca de 170 Km de fibra óptica, ligando instituições de ensino e pesquisa ao longo de sua área abrangência.

Infovias

As Infovias, ao longo de 2009, interligarão 53 Cidades Digitais do Estado do Pará utilizando mais de 2000 Km de redes de fibras ópticas, através de parceria com a Eletronorte e a Rede Celpa. O projeto prevê a interligação dos principais órgãos públicos do governo e promove ações

de governança, possibilitando a implementação das Cidades Digitais e dos Infocentros Públicos.

Cidades Digitais

As Cidades Digitais são redes metropolitanas sem fio ou de fibra óptica que viabilizam ações de telemedicina, tele-educação e segurança pública, além da interligação de todos os órgãos governamentais.

Infocentros

Esse projeto promove e democratiza a inclusão digital aos cidadãos paraenses. O Infocentro é um espaço comunitário para acesso gratuito à internet e realização de cursos e oficinas para a capacitação. Serão 100 já em 2009 e 300, em todo o Estado até 2010. Outro projeto do governo é o Telectrocentro de Informação Negócios que visa potencializar o empreendedorismo e empresas de pequeno porte, ofertando capacitação e mecanismos de interação com o mercado, via internet.

Fonte: panfleto informativo sobre o Navegapará imagem, 2007-2010

O referido Programa teve a tarefa de realizar a interligação entre os diversos órgãos públicos do Estado do Pará, dada a imensa área da unidade territorial de 1.245.759,305 km², com uma população de 7.581.051 habitantes e densidade populacional de 6,07 hab\km² (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado representa cerca de 0,646, dado que revela que o Pará é formado por municípios extremamente pobres, altas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo (DAHER E CARDOSO, 2012:11). Situação que exigiu dedicação e esforço da equipe do programa Navegapará na conexão e integração entre a população paraense (especialmente a mais pobre) e o mundo.

IMAGEM 04: HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS COM CIDADES DIGITAIS

ANO	MUNICÍPIOS COM CIDADES DIGITAIS	QUANTIDADE DE CIDADES DIGITAIS		QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	
		ANO	TOTAL	ANO	TOTAL
2007	Belém	1	1	1	1
2008	Altamira, Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Itaituba, Jacundá, Marabá, Marituba, Pacajá, Rurópolis, Santa Maria, Santarém, Tailândia, Tucuruí e Uruará	15	16	15	16
2009	Abaetetuba, Belém (Mosqueiro), Belém (Outeiro), Benevides, Igarapé-Açu, Inhangapi, Irituia, Santa Bárbara, Santa Izabel, Santo Antônio do Tauá e São Miguel do Guamá	11	27	9	25
2010	Augusto Corrêa, Bragança, Capanema, Igarapé-Miri, Moju, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia	16	43	16	41
2011	Bujarú, Colares, Curuçá, Goianésia, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Novo Repartimento, Paragominas, Quatipuru, Santarém (Alter do Chão), Santarém Novo e Tracuateua	13	56	12	53
2012	Alenquer, Concórdia do Pará, Itupiranga, Mãe do Rio, Maracanã (Algoal), Marapanim (Marudá), Ourém, Salvaterra e Soure	9	65	7	60
2013	Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Santa Izabel (Americano)	4	69	3	63

ANO	MUNICÍPIOS COM CIDADES DIGITAIS	QUANTIDADE DE CIDADES DIGITAIS		QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	
		ANO	TOTAL	ANO	TOTAL
2014	Acará e Tomé-Açu	2	71	2	65
2015	Limoeiro do Ajuru e Ponta de Pedras	2	73	1	66
2016	Bagre, Breves, Cannã dos Carajás, Capitão Poço, Oeiras do Pará, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Sapucaia e Xinguara	10	83	10	76
2017	Anapú, Aurora do Pará, Brasil Novo, Ipixuna do Pará, Medicilândia, Placas, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu	8	91	1	77
2018	Tomé-Açu	1	92	1	78

Fonte: <http://www.navegapara.pa.gov.br/historico>

Atualmente, o Navegapará é referência nacional na área de inclusão digital, pois já são mais de mil órgãos públicos integrados por internet de alta velocidade, diversos Infocentros com cursos gratuitos de computação e internet em áreas livres, como praças e orlas. Também atua na área de segurança, o programa integra as informações das câmeras de monitoramento nas ruas. Na área da saúde, já é possível ter acesso a resultados em questão de segundos e também à distância. Outra contribuição importante está relacionada a educação dentro do ambiente escolar, fato que notoriamente tem apresentado bons resultados.

Castro e Baia (2012) consideram o programa Navegapará como uma política pública de inclusão digital, que procura incluir o excluído digital do século XXI. De acordo com Malaquias (2003), o excluído do século XXI é um analfabeto digital, que não domina as novas tecnologias e nem a informática, estando à margem da sociedade contemporânea que é pautada no paradigma sociotécnico. “O analfabetismo digital é um grande fator de exclusão, que resulta em sérias implicações sociais, políticas, jurídicas e econômicas. [...] Com efeito, a exclusão agora é outra. Hoje, ‘navegar’ é imprescindível, sobretudo, dominar as tecnologias de informação.” (MALAQUIAS 2003 apud SANTOS, 2013: 20).

Para Santos (2013) a política pública de inclusão digital deve ser pensada sob perspectiva da capacitação do indivíduo para o uso da informática e do computador e ao acesso ao mundo virtual, permitindo pensar a cidadania de grupos secularmente

excluídos. Assim, Políticas Públicas são definidas como ações, mecanismos e/ou medidas governamentais voltadas a resolução de problemas/demandas sociopolíticas de determinadas sociedades ou grupos sociais específicos, que exigem planejamento, organização e execução, mediante estudos adequados.

Contudo, segundo referências especializadas, a exemplo de SOUZA (2006); SECCHI (2014); RUA (2013); percebe-se que existem consideráveis dificuldades nas tentativas concretas de definições sobre as Políticas Públicas, tendo em vista que ainda não é possível afirmar, com unanimidade, entre os especialistas da área.

A conceituação de políticas públicas ainda se encontra inconclusiva no ramo teórico das questões que englobam a temática sociopolítica existente. Vários autores do tema divergem suas opiniões sobre qual definição seria mais concreta\correta. O termo de fato vem ganhando notoriedade no âmbito social através de ações provocadas pelo Estado em prol do bem-comum, com isso, alguns estudiosos do tema defendem que o termo trata-se da ação representativa do Estado; auxiliando os grupos que menos possuem visibilidade nas questões sociais, e, também, como uma forma de organização da coisa pública.

É importante destacar a relevância das políticas sociais como mecanismo institucional sendo parte necessária para a construção de um país igualitário e eficiente em torno de sua população. Com isso, os movimentos sociais são parte fundamental em prol da luta para propiciar o desenvolvimento de seus cidadãos, cobrando maior atuação dos atores políticos responsáveis. (CASTRO, 2013)

Nesse sentido, as políticas públicas destinam-se a favorecer diferentes grupos, como os mais marginalizados do ponto de vista social, viabilizando manter o equilíbrio no âmbito social, com a realização de estratégias significativas para as comunidades na qual ela está inserida. Suas ações buscam a consolidação da democracia, da justiça social, e bem-estar das pessoas.

De uma forma funcional, as políticas públicas, através de objetivos e estratégias para conseguir recursos e manter a organização dos grupos, é descrita: “poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social” (SARAVIA, 2011, pág., 93), satisfazendo assim as ansiedades sociais e desenvolvendo integração entre sociedade e Estado. Em relação a política pública de inclusão digital, os autores Paloma Carmo, Felipe Duarte e Ana Barbara Gomes (2020) pontuam

A universalização do acesso não parece se uma medida prioritária, já que o esforço de torná-lo mais acessível à camada mais pobre da população não tem sido suficiente. O setor de telecomunicações é, desde o começo, uma figura central na dinâmica das políticas públicas de inclusão digital e o seu engajamento na promoção de políticas públicas inclusivas e que busquem superar as desigualdades é importante para o desenvolvimento do setor, não só em critérios econômicos, mas também sociais, políticos, culturais e todas as outras esferas modificadas pela dinâmica social mediada pela tecnologia que vivenciamos. Uma política de inclusão digital completa deve compreender o mercado de telecomunicação como pilar, mas não pode se reduzir a ele. É preciso uma abordagem mais ampla e que se atente às necessidades, oportunidades, riscos e desafios que emergem junto da popularização do acesso às TICs (CARMO, DUARTE, GOMES, 2020:23)

Para o desenvolvimento e expansão da inclusão digital é preciso existir um compromisso do Governo Federal perante a população e os seus atores políticos como movimentos sociais, governos estaduais, etc. tendo em vista que vivemos em um mundo globalizado no qual diversos setores e serviços, tanto público como privado, são realizados com ajuda da tecnologia e acesso a rede de computadores.

Assim, como necessidade de um olhar especial para as políticas públicas de inclusão social voltadas para os menos favorecidos foi concebido o programa de inclusão digital Navegapará, com a grande responsabilidade de amenizar o impacto social causado pela não-inclusão digital da população e ainda, com desafio de promover integração regional, diminuindo as distancias que separam os paraenses dentro do seu próprio Estado. Sendo um programa que, acima de tudo, é uma conquista social, pois os Infocentros e os telecentros públicos são gratuitos sendo uma forma da população se apropriar e beneficiar da tecnologia.

O governo tem como principal critério para a implantação dos Infocentros nas comunidades o “trabalhos sociais desenvolvidas e localização da entidade proponente, situação social das pessoas do entorno da entidade, acessibilidade e condições físicas adequadas do espaço indicado para implantação do Infocentro”. (PARÁ,2010).

IMAGEM 05: A INTERNET E APREDENDO COM O INFOCENTRO



Fonte: Arquivo do Instituto Filomena Lopes.

Um informante R. F⁶, que na gestão dos Partidos dos Trabalhadores foi assessor da secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDETC, relata seu cotidiano “Meu papel dentro da coordenação do Infocentro era acompanhar a eleição do conselho gestor das entidades para um bom funcionamento do Infocentro, foi 4 anos de intenso trabalho na comunidade para explicar qual ideia do Navegapará e especificamente o funcionamento do Infocentro”.

Os Infocentros são centros públicos de inclusão digital que possibilitam acesso à internet a população carente do estado do Pará. Esse espaço público disponibiliza computadores com acesso à rede em alta velocidade, proporcionando assim a democratização digital na esfera social. Vale ressaltar que a democratização digital no ambiente social precário permite, por meio da capacitação em informática básica, o desenvolvimento econômico e social dos beneficiados desta política pública, além de interligar e comunicar pessoas em diferentes comunidades, permitindo assim interconexões culturais entre os indivíduos.

Os Infocentros contam com um conselho de gestor que são os próprios integrantes da comunidade que organizam o funcionamento dos estabelecimentos, tal ideia partiu da

⁶ No protocolo de pesquisas científicas deve ser adotado um procedimento ético que preserve a identidade do sujeito, nesse sentido optamos por usar as iniciais do nome e do sobrenome dos sujeitos da pesquisa para garantir o anonimato.

concepção que, se os integrantes do conselho forem os próprios moradores da região, torna-se mais acessivo sanar as dificuldades encontradas dentro da instituição, ou também, facilita atender e acoplar as necessidades daquele núcleo. Ressalta-se nessa compreensão o termo denominado ciberdemocracia que destaca o surgimento do novo modelo democrático contemporâneo que possibilita o entendimento da inteligência coletiva, ou seja, a população interconectada, expandindo seus meios sociais e culturais dentro do ciberespaço.

A implantação dos Infocentros foi precedida pela busca de parceiros para o programa Navegapará. Essa busca resultou em parcerias com Banco da Amazonia (BASA), BANPARÁ, FAPESPA, CAIXA ECONÔMICA E ELETRONORTE. Porém, existem critérios para a implementação dos estabelecimentos, tais como: trabalhos sociais desenvolvidos e localização da entidade proponente, situação social das pessoas do entorno da entidade, acessibilidade e condições físicas adequadas do espaço indicado para implantação do Infocentro.

Todavia, a problemática em torno da inclusão digital nas áreas de difícil acesso é notório, principalmente a respeito da questão da infraestrutura entre outros problemas gerados. Iniciando esse ponto, temos a questão da banda larga. O documento base do programa nacional de banda larga, citou em sua pesquisa a dificuldade enfrentada em ampliar o acesso à rede em banda larga por meio de plataformas tecnológicas como tablete, modem, computadores e que tal problema é enfrentado pela falta de infraestrutura. (UNESCO, 2010)

Por meio de estudos acerca da dificuldade em torno da inclusão digital no Brasil, foi identificado cinco fatores que determinam a eficiência do serviço telemático, são:

1) a existência de infraestruturas físicas de transmissão; 2) a disponibilidade de equipamento/ conexão de acesso (computador, modem, linha de acesso); 3) treinamento no uso dos instrumentos do computador e da Internet; 4) capacitação intelectual e inserção social do usuário, produto da profissão, do nível educacional e intelectual e de sua rede social, que determina o aproveitamento efetivo da informação e das necessidades de comunicação pela Internet; 5) a produção e uso de conteúdo específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população. (SORJ, 2003, PAG. 63)

Com isso, destaca-se a importância da qualificação dos agentes frente ao processo da inclusão, bem como a qualidade da infraestrutura dos espaços físicos e aparelhos. Aqui, é importante frisar o quão essencial investir na área de capacitação para assim poder produzir resultados produtivos com eficiência, buscando viabilizar os grupos beneficiados.

O NAVEGAPARA é um programa voltado para a dar oportunidade de acesso à rede aos grupos vulneráveis existentes na região norte. Os Infocentros presentes nos bairros da região mostravam o quão positivo se tornou esse programa na vida dos cidadãos que todos os dias lidam com a dura realidade das periferias e da falta de oportunidade e exclusão social, arregada ao preconceito e a falta de equidade com essa população.

É de suma importância frisar que a coordenação das políticas públicas não deve se submeter a interesses político partidário, e “que a instituição responsável pela definição das estratégias para a sociedade da informação esteja integrada ao núcleo central de decisão do governo” tendo total priorização do Estado na política pública de inclusão digital. A luta contra a exclusão digital precisa ser vista como política de longo prazo, evitando assim a promoção dos governos em cada eleição, onde assim não ocorra o abandono da política pública de inclusão digital (SORJ, 2003, pag. 74)

A respeito dos resultados obtidos com a implantação do Navegapará, no período de 2008 a 2010 o Programa NAVEGAPARÁ – INFOCENTRO implantou 179 Infocentros em vários municípios do Estado do Pará, propiciou que diversos jovens atuassem como agentes de inclusão digital (monitores) e alfabetizou digitalmente pessoas antes excluídas digital e socialmente.

Todavia, em meados de 2008, foi desenvolvido uma pesquisa pelo instituto brasileiro de geografia e estatísticas (IBGE), referente ao acesso à internet no Brasil. Nos estados da região norte cerca de 27% tinham acesso à rede, no estado do Pará correspondeu a 23,9%, tal dado revela que o estado apresenta um dos piores índices de acesso à internet, ficando atrás de estados como Maranhão, Piauí e Alagoas. Entretanto, observou-se, na região norte, o aumento de domicílios com internet. Destaca-se a dificuldade geográfica presente na região norte por conta da desproporção entre o mundo rural e urbano diante do acesso à internet nos domicílios. Sendo assim, a procura por *Lan House*⁷ é comum entre os indivíduos que precisam consumir esse meio.

Com a disponibilidade do Navegapará em fornecer acesso à internet gratuita a população mais carente, é possível destacar a importância do impacto sociocultural e político desta política pública no contexto social. Como vemos, a desigualdade social existente no Brasil é subitamente visível, percebendo-se que grande parte da população da região norte não possui acesso aos meios de comunicação contemporâneos como, por

⁷ estabelecimento que disponibiliza acesso à rede, porém, pago

exemplo, a rede de computadores. O programa Navegapará possibilita tal integração da população com o ciberespaço, permitindo a reorganização e ressignificação da própria política no meio sociais destas pessoas. Porém, necessita-se aprofundar e pensar mais sobre a democratização digital na região norte, tornando-se cada dia mais acessível a todos.

O período de funcionalidade dos Infocentros é no mínimo de 08 horas diárias, contudo pode haver flexibilidade de horário, considerando a necessidade de atender demandas específicas. Outra informação importante quanto a funcionalidade dos Infocentros é sobre os equipamentos e incitações que não podem ser utilizadas para outras finalidades que não aquelas a que se destinam.

IMAGEM 06: SALA DE UM INFOCENTRO FUNCIONANDO



Fonte: Arquivo do Instituto Filomena Lopes.

IMAGEM 07: INFOCENTROS EM PLENO FUNCIONAMENTO.



Fonte: Arquivo do Instituto Filomena Lopes.

Quanto a funcionalidade dos Infocentros, há a presença do monitor, institucionalmente é pessoa responsável pelo atendimento ao público, devendo auxiliar e propor processos que permitam aos frequentadores o uso das tecnologias da informação e comunicação disponíveis de maneira articulada ao desenvolvimento da comunidade.

A seleção dos monitores dos Infocentros acontece através de edital elaborado pela FAPESPA - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará e do Edital Seleção Pública para monitores de Infocentros do Programa NAVEGAPARÁ em parceria com Programa Nacional de apoio à Inclusão Digital nas comunidades - TELECENTROS-BR. O critério de aprovação é análise curricular com pontuação definida no edital de seleção. Após a aprovação os monitores recebem um bolsa e passam por um processo de capacitação para ações dos Infocentros.

A tabela 01 apresenta o quantitativo de monitores contratados no ano de 2010 pelo programa Navegapará nos municípios paraenses.

TABELA 1 - MONITORES CONTRATADOS 2010

Município	Monitores contratados	Monitores desligados
Ananindeua	15	4
Abaetetuba	5	1
Altamira	9	1
Barcarena	1	2
Belém	88	14
Benevides	1	
Marituba	7	2
Santa Isabel	2	
Santarém	17	2
Tucuruí	2	1

São Miguel do Guamá	4	1
Total	151	28

Fonte: Relatório de Gestão no período: 2008 – 2009-2010.

Entre os anos de 2008 a 2010 foram realizadas varias atividades de capacitação descritas no Relatório de Gestão no período: 2008 – 2009-2010 (2010; 08-13)

2008

- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros, no período de 12 a 16 de maio de 2008;
- 2ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros, no período de 01 a 05 de dezembro de 2008;

2009

- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Belém, no período de 24 a 28 de agosto de 2009;
- 2ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Belém, no período de 05 a 09 de outubro de 2009;
- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Santarém, em janeiro de 2009;
- 2ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Santarém, em setembro de 2009;
- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Marabá, no período de 02 a 05 de setembro de 2009;
- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Altamira, no período de 28 a 31 de outubro de 2009;
- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Tucuruí, no período de 13 a 16 de outubro de 2009;
- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Itaituba, no período de 18 a 20 de novembro de 2009;
- I Encontro de Conselhos Gestores e monitores dos Infocentros do Estado do Pará, realizado no dia 25 de janeiro de 2009, no Auditório da Casa da Linguagem, objetivando capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento dos Infocentros e do Sistema VIDA;
- I Encontro de Conselhos Gestores e Monitores de Santarém, realizado no dia 18 de fevereiro de 2009, no Auditório da Escola M. E. F. Maria Amália, objetivando capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento dos Infocentros e do Sistema VIDA;
- I Encontro de Conselhos Gestores e monitores dos Infocentros de Marabá, realizado no período de 14 a 17 de abril de 2009, objetivando orientar e acompanhar a montagem dos Infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato;
- I Encontro de Conselhos Gestores e Monitores dos Infocentros POLO ALTAMIRA, realizado no espaço João XXIII, dia 31 de outubro de 2009, de 09:00 às 12:00 h., objetivando orientar e acompanhar a montagem dos

Infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato;

- I Encontro de Conselhos Gestores e Monitores dos Infocentros POLO TUCURUI (Jacundá, Tailândia e Pacajá), realizado no Ginásio Poliesportivo de Tucuruí, dia 16 de outubro de 2009, de 09:00 às 12:00 h, objetivando orientar e acompanhar a montagem dos Infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato;
- I Encontro de Conselhos Gestores e Monitores dos Infocentros do Pólo Itaituba e Uruará, realizado na Câmara Municipal de Itaituba, dia 21 de novembro de 2009, de 09:00 às 12:00 h, objetivando orientar e acompanhar a montagem dos Infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato;
- Workshop preparatório para as Oficinas aprovadas pelo Edital Ações Colaborativas para Cidadania Digital, realizado no dia 17 de fevereiro de 2009, no município de Santarém, no Auditório da Escola. M. E. F. Maria Amália;
- Workshop preparatório para as Oficinas aprovadas pelo Edital Ações Colaborativas para Cidadania Digital, realizado no dia 19 de fevereiro de 2009, no município de Itaituba, no Infocentro Cultura de Ouro;
- Oficinas: Através do 1º Edital “Ações Colaborativas para Cidadania Digital” foram selecionadas 12 oficinas (Tabela 2). Tais oficinas estão sendo desenvolvidas com recursos provenientes da Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPESPA).

2010

- I Encontro de Conselhos Gestores e Monitores dos Infocentros da Região Metropolitana de Belém, realizado no Centro de Convenções da Amazônia - HANGAR, dia 12 de março de 2010, de 08:00 às 18:00h, objetivando orientar e acompanhar a montagem dos Infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato;
- II Encontro de Conselhos Gestores e Monitores dos Infocentros da Região Metropolitana de Belém, realizado no Centro de Convenções da Amazônia - HANGAR, dia 20 de agosto de 2010, de 09:00 às 12:00h, envolvendo todas as entidades aprovadas pelo Edital Telecentros.BR, objetivando orientar e acompanhar a montagem dos Infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato;
- II Encontro de Conselhos Gestores e Monitores dos Infocentros de Santarém, realizado no espaço da Feira do Livro de Santarém, dia 03 de setembro de 2010, de 16:00 às 22:00h, objetivando orientar e acompanhar a montagem dos Infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato;
- 1ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Belém, no período de 04 a 08 de janeiro de 2010.
- 1º Encontro de Conselheiros e Monitores de Infocentro do Pólo Metropolitano, realizado no Centro de Convenções da Amazônia Hangar no dia 12 de março de 2010.
- 2ª Semana de Capacitação para Monitores do Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Belém, no período de 22 de março a 07 de abril de 2010.
- 3ª Semana de Capacitação de Monitores Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Belém, no período de 08 a 11 de junho de 2010.
- 1ª Semana de Capacitação de Monitores Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros - Pólo Santa Isabel, no período de 29 de junho a 02 de julho de 2010.
- 5ª Semana de Capacitação de Monitores Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros – Pólo Belém, no período de 08 a 12 de novembro de 2010.

- 6ª Semana de Capacitação de Monitores Programa de Inclusão Digital NAVEGAPARÁ/Infocentros – Pólo Belém, no período de 22 a 26 de novembro de 2010.
- Oficinas: Através do 2º Edital “Ações Colaborativas para Cidadania Digital” foram selecionadas 23 oficinas (Tabela 3). Tais oficinas estão sendo desenvolvidas com recursos provenientes da Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPESPA).

Todavia, nos anos de 2011 à 2014, o governo do Estado é assumido por Simão Jatene, eleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), partido opositor do governo de Ana Júlia Carepa. Por conta dessa mudança no cenário político houve o receio de que aconteceria com a funcionalidade dos Infocentros, pois tal manutenção do espaço não teria mais prioridade na pauta governamental. Alguns movimentos sociais e atores políticos como deputado Edilson Moura, produziram um manifesto expondo o quanto negativo era a sucatação dos espaços e seu receio com a desativação definitiva. Era visível o quanto a política pública do programa NAVEGAPARÁ oportunizou diversas pessoas que não poderiam pagar pelos serviços prestados pela ação. O Estado alegou que faltava recursos para poder manter todos os Infocentros e despesas geradas.

E no dia 12 de abril de (2011), às 14h, no auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), foi realizada uma audiência pública, em o Secretário de Ciências e Tecnologia, do governo Simão Jatene declarou que “O Estado não tem como arcar com os pagamentos das contas de energia dos Infocentros, é necessário que as entidades procurem outros parceiros para tal tarefa”. (MOURA, 2011), decretando o fim dos Infocentros.

Dessa maneira, a exclusão digital está visivelmente presente na população da área rural brasileira. Nas áreas onde há maior concentração urbana, cresce o número de usuários e, com isso, o aumento da utilização do acesso digital, dando ênfase a outra questão pertinente sobre a exclusão digital. Nesse contexto, temos a relação ligada a educação da população, ou seja, a exclusão digital tem forte componente etário perpassando com maior gravidade nos grupos de pessoas com menor renda. Mais uma vez destacando a questão da desigualdade social. (SORJ, 2003)

Em suma, conclui-se que há grandes dificuldades em agregar a inclusão digital nos grupos que vivem em vulnerabilidade social. Destaca-se que a desigualdade social é uma problemática forte relacionada ao Brasil, no qual nossa sociedade ainda luta por direitos básicos como a educação, saúde, moradia, etc. A desvalorização do Estado frente a política pública de inclusão digital distancia a democratização tecnológica, e o

progresso no campo profissional, educacional e cultural. Segundo Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (2013) a desigualdade se manifesta nos serviços básicos como “saúde, educação, previdência, assistência, segurança alimentar, habitação, saneamento, transporte público, entre outros” os autores destacam que não pode existir progresso em uma sociedade se esses direitos sociais não forem garantidos.

No próximo capítulo serão abordados fundamentos teóricos acerca da participação política no contexto social e suas ações ao longo dos séculos, junto com a transformações efetiva da política pública de inclusão digital do programa Navegapara na região norte.

2.2 OS EMBATES TEORICOS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLITICA, POLÍTICA PÚBLICA E INCLUSÃO DIGITAL.

2.2.1. -Em busca de uma teoria da participação política.

Para que se possa tratar da temática da Participação Política, faz-se necessário, mesmo que maneira superficial, iniciar por um debate sobre a evolução da teoria da participação política democrática tendo como ponto de partida a democracia grega, perpassando sua fase moderna e, finalmente, atingindo o atual contexto das teorias democráticas contemporâneas, as quais trouxeram para a cena política, novas demandas sociais e a centralidade do direito as diferenças (PIERUCCI, 1999).

A Grécia antiga foi, na dimensão da cultura ocidental, o espaço e o tempo em que a democracia se desenvolveu plenamente, abrangendo um grande número de cidades. Veio, entretanto, ser a cidade de Atenas a primeira referência histórica da existência de um formato constitucional democrático que a ciência política contemporânea houve por bem chamar de *democracia direta* em justaposição à democracia representativa. (CONSTANT, 1989: 04)

Em Atenas, o povo exercia diretamente a soberania e os magistrados, na maioria das vezes, eram designados por sorteio. O seu centro de atividade política estava representado por duas grandes assembleias: o Conselho dos Quinhentos, órgão de direção exterior e de preparo; e a Assembleia do Povo, órgão essencialmente soberano. O primeiro eliminava de sua composição qualquer prática de influência pessoal, impossibilitando, dessa maneira, que a luta política entre facções se processasse nos moldes atuais, ou seja, via campanha seguida de eleições. O processo de escolha era o

sorteio, um mecanismo aleatório que acabava reduzindo as disputas a uma questão de sorte. A Assembleia do Povo, segundo centro de poder, compreendia, mesmo que teoricamente, todos cidadãos de vinte anos e no seu conjunto, enfeixavam o poder soberano. A democracia grega é, portanto, a referência mais remota de um período em que a vida política foi moldada a fim de equilibrar direitos individuais e Estado, com cidadãos livres e iguais.

Constant (1989:10), ao escrever “Da liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos”, chama atenção da posição do cidadão no mundo antigo, tendo este o direito de deliberar e legislar em praça pública (na Eclésia\assembleia dos cidadãos) sobre as variadas questões, que envolvam a vida em sociedade.

A política, na antiguidade clássica é pensada por Aristóteles (2006, p. 58) que a compreende com a ciência prática que trata da conduta da vida em coletividade. Para Aristóteles, a Política é a ciência que tem por objetivo a felicidade humana e a felicidade da coletividade, que trata do bem da geral da comunidade, sendo a política algo que está dentro do homem, pois Aristóteles acreditava que a natureza humana era social e o homem um animal político. De acordo com Aristóteles aquele que não vivem em sociedade, ou ele tem algo a mais que humano, um Deus, ou tem algo a menos que humano, uma besta. Sendo assim, a felicidade humana está em viver entre seus pares, o homem só é feliz quando está entre seus iguais.

Entretanto, a participação política era tratada de forma limitada nesse período pois nem todos poderiam participar das decisões públicas. Aristóteles entendia que: “embora as funções dos cidadãos sejam dessemelhantes, todos trabalham para a conservação de sua comunidade, ou seja, para a salvação do Estado. Por conseguinte, é a este interesse comum que deve relacionar-se a virtude do cidadão.” (ARISTÓTELES, 2006, p. 32). Entende-se nesse período histórico que a centralização e funcionamento da sociedade, dependiam da participação ativa de todos os cidadãos que ali pertenciam.

A partir das transformações sociais, a esfera política, portanto da participação política, foi se adaptando aos contextos seculares. O período da modernidade, que significou uma nova fase histórica de consolidação democrática, torna-se necessário mencionar os fatos que geraram o moderno desenho de estado de direito democrático. Neste período, salienta-se a unificação e concentração do poder, com instauração das monarquias absolutas, entidade dotada de poder político superior a todas as outras formas pretéritas de poder.

Essa nova perspectiva temos a teoria do contrato social como justificativa para moderno desenho de democracia, Thomas Hobbes (1588 -1679) foi o primeiro teórico do contratualismo moderno, sendo um dos principais defensores do absolutismo, ao escrever o “Leviatã”, analisa o estado de natureza humana⁸, definindo como estado de guerra, em que homens se destroem mutuamente, sendo “O homem, o lobo do próprio homem” (Hobbes, 1979: 112-3). Para mediar essa situação de guerra e conflito cria-se um soberano através de um pacto\contrato de submissão.

John Locke (1979:94), também contratualista inglês, argumenta que os homens se reúnem em sociedade política e se submetem a um governo com a finalidade principal de garantir os direitos naturais (direitos à vida, a liberdade e a propriedade) que não estão garantidos no estado de natureza. Então é feito um acordo de consentimento entre homens livres e iguais para regular a vida em sociedade

O contratualista francês Jean-Jacques Rousseau (1979, 221) exibiu em sua teoria política, aspectos já explorados pelos pensadores contratualistas, embora trate a questão da participação de maneira distinta dos demais pensadores da teoria do contrato social na época moderna. Ele remonta a antiga ideia de governo do povo, que exerce sua soberania ao reunir-se em assembleia para desempenhar a autoridade legislativa – direta, encontrando o cidadão sua liberdade na participação, na tomada de decisão de sua comunidade. Assim, o autor propõe a substituição da democracia representativa pela democracia direta — mesmo convencido de que esta só era possível na cidade-estado, por reunir condições muito específicas, sob o argumento de que a soberania jamais poderá ser representada.

A grande contribuição dos contratualista está no moderno projeto de democracia, gira em torno de conceitos como consentimento e obediência, conceitos que legitimam a prática política da participação e da representação.

Diante do processo de evolução democrático e participação política, apresenta-se o período de transição, período um tanto quanto "amorfo" por ficar em meio ao “antiga”, tradição clássica moderna; e o novo, democracia contemporânea. Cenário este, assinalado pelo surgimento de uma nova teoria, que levantará importantes questões para o pensamento democrático, a teoria das elites.

A teoria das elites surge na primeira metade do século XX, com Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Pensadores que teorizaram a respeito dos mitos da

⁸ Estágio pré-social, antes da criação da sociedade civil e do Estado.

democracia, dividiram a sociedade entre governantes e governados, sustentando que os governantes foram e serão sempre uma minoria, ou melhor, uma elite que concentra em torno de si o poder, e o restante da sociedade uma massa, secularmente manobrada (HOLANDA, 2011).

Os elitistas duvidam da proposta liberal, embora reconheçam certas peculiaridades, por considerarem a democracia majoritária uma impossibilidade, confirmada pela experiência histórica. Portanto “elite” e “democracia” não são conceitos adversos, mas sim compatíveis, provocando uma redefinição na concepção de democracia.

A principal contribuição do arranjo elitista a democracia acontece em 1942, com Joseph Schumpeter, ao escrever “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. Esse autor define democracia como “aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder de decidir pelo de uma luta competitiva pelo voto do povo” (SCHUMPETER, 1984:305). Definição que afasta qualquer visão de democracia direta, se enquadrando perfeitamente nos moldes do sistema político do século XX.

A Teoria de Schumpeter reconhece valor das lideranças política nas democracias modernas, elevando o seu grau de importância, garantindo ao líder a liberdade de decidir e agir, o que não significa, poder absoluto, pois é restringido pela essência competitiva da democracia. Ao debate a respeito da competição democrática, chama atenção para concorrência entre os membros da elite política, sustentando o que caracteriza um governo democrático e a existência de muitas elites disputando entre si a conquista do poder político, que é decidida em favor de quem conseguir o maior número de votos popular. Assim sendo, torna-se defensor da concepção restrita de soberania, em que participação do povo dá-se unicamente na escolha de seus representantes através do voto.

O processo secular de transformação democrática e participativa nos coloca diante de sua atual configuração, o que tem promovido inúmeras discussões e uma vasta literatura. Bobbio em seu livro “O Futuro da Democracia (uma defesa das regras do jogo)”, discute os contrastes entre os ideais democráticos propostos e a democracia como se constitui de fato. “A democracia moderna nasce como um método de legitimação e de controle das decisões política no sentido estrito, ou do governo propriamente dito (seja ele nacional ou local), no qual o indivíduo é considerado em seu papel geral de cidadão e não na multiplicidade de seus papéis de específicos de fiel de uma igreja, trabalhador ...”, Segundo o pensamento Liberal democrático, a sociedade civil é formada de vontades

individuais, na qual são soberanos os indivíduos livres e iguais, no entanto, o que o correu com instauração dos estados democráticos foi a constituição e grupos políticos – grande organizações, associações, sindicatos, partidos políticos e etc. – como sujeitos politicamente relevantes, se afastando de seu ideal, que movera todo o pensamento político clássico.

A convenção do Estado Liberal em Estado Democrático, libertou a sociedade civil, desatrelando-a do estado, pondo em prática uma nova forma de poder, o poder ascendente (poder que vai da base ao vértice). Situação em que a noção de indivíduo se transfere das relações política, considerado em seu papel de cidadão para esfera das relações sociais, reconhecendo seus papéis específicos, denotando o estabelecimento da democracia social.

A democratização da sociedade advém da democratização Estado ocorrida com a instituição dos parlamentos. Após a extensão do sufrágio universal às mulheres e aos jovens a partir de 18 anos, a continuidade do processo de democratização não pode ser mais medido pelo número de indivíduos que estão aptos a votar, mas pelo aumento de espaços nos quais se exerce esse direito, pois o processo de democratização da sociedade, concomitantemente criou um alto grau de complexidade, que quanto mais a sociedade civil se organiza menos a democracia representativa parlamentar conseguir dá respostas as crescentes demandas originadas deste processo. Situação que levou a uma crise de “ingovernabilidade”, pois os representantes não representam mais, novos interesses vieram à tona, muitas questões tornaram-se públicas, possibilitando um distanciamento entre interesses privados e interesses públicos.

A complexidade da sociedade contemporânea bagunçou a ordem liberal, o contrato social se tornou incapaz de incluir os novos atores advindo dos movimentos sociais, e a participação política não pode continuar sendo exclusividade do parlamento. Frente a esta série de fatores, emergem no interior da teoria democrática, uma vertente pautada na argumentação deliberativa, tendo em Jürgen Habermas sua maior expressão.

Habermas resgata a forma de debate argumentativo na política, através da teoria do discurso, contrapondo-se a teoria democrática hegemônica, que limita ao voto a fundamentação do governo democrático. O autor retrabalha o antigo ideal de soberania popular, em que as decisões são tomadas coletivamente, sem abandonar os atuais mecanismos de organização de poder político (regra da maioria, eleições periódicas, e divisão de poderes). Preocupado com o espaço em que se exerce a prática da

argumentação, elaborou um conceito de esfera pública, que foi construído historicamente, com as primeiras manifestações do Estado Moderno, sem perder sua autonomia.

O modelo teórico de Habermas é do tipo centro-periferia, o centro seria formado pelo sistema político, com todo seu aparato institucional; e a periferia seria a esfera pública, composta pelas associações formadoras de opiniões, que exercem grande influência publicamente – sindicatos, grupo de pressões, igrejas, ONGS etc. -. Neste modelo discursivo a democracia deve ser analisada a partir da interação desses dois espaços, pois as decisões tomadas pelo sistema político, devem ser fundamentadas e justificadas pela sociedade civil. Organizada em esfera pública, resumindo a democracia deliberativa em formação de vontades democraticamente constituídas e a construção da opinião informal em espaços extra institucional.

A intenção de Habermas ao construir sua teoria democrática discursiva/deliberativa é buscar fundamento e legitimação para as regras do jogo democrático nas sociedades contemporâneas, movidas pelo alto grau de complexidade social e pluralidade. Demonstrado que a participação política vai além do ato de voto, significando, principalmente, a participação no processo de tomada de decisão.

E nesse contexto de democracia deliberativa as novas tecnologias de mídia desempenha um papel fundamental na deliberação pública, havendo no mundo contemporâneo um ativismo político⁹, que tem alcance global e amplamente difundido pelas mídias. Assim sendo, a proposta de criação do ‘Programa Navegará’, enquanto política de inclusão digital caminha em direção a perspectiva da democracia deliberativa proposta por Jürgen Habermas, que promovem ações e interações com o propósito de interferir nas decisões futuras do sistema político sob a perspectiva de cidadania e inclusão social. Desse modo, a inclusão digital é um mecanismo que possibilita maior acesso ao espaço cultural e educacional, onde a tecnologia permite um vasto espaço de conhecimento fornecendo melhorias nas técnicas de aprendizado.

O Navegará possibilita que a população da periferia participe do embate político e do exercício do diálogo. Habermas (1989: 40). Preocupado com o espaço em que se

⁹ Assis (2006, p. 25) aborda o conceito de ativismo político contemporâneo, afirmando que “Através deste termo (ativismo político contemporâneo), tem-se por objetivo fazer referência ao conjunto de manifestações políticas – incluindo aí diversas categorias de demandas, como as trabalhistas, identitárias, ecológicas, anti-corporativas, perante instituições diversas, mas, fundamentalmente, opostas ao estágio atual do capitalismo – que se avoluma a partir da última década do século XX.

exerce a prática da argumentação, elaborou um conceito de esfera pública que foi construído historicamente, com as primeiras manifestações do Estado Moderno, sem perder sua autonomia. A esfera pública, na concepção de Habermas, é um lugar em que indivíduos racionais interagem entre si, debatendo as decisões governamentais e demandando suas prioridades para o estado. Mas também é um espaço de denúncia e contestação, onde por meio da razão comunicativa é possível à mediação linguística com interações que se interligam.

Porém, nas últimas décadas observa-se a melhoria, porém tímida, das camadas sociais baixas, graças as políticas públicas direcionadas para essa população vulnerável. Segundo Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (2013) a desigualdade se manifesta nos serviços básicos como “saúde, educação, previdência, assistência, segurança alimentar, habitação, saneamento, transporte público, entre outros” os autores destacam que não pode existir progresso em uma sociedade se esses direitos sociais não forem garantidos. Por isso, torna-se essencial o investimento de políticas publicas para a melhoria social, e a inclusão digital é um mecanismo que possibilita maior acesso ao espaço cultural e educacional, onde a tecnologia permite um vasto espaço de conhecimento fornecendo melhorias nas técnicas de aprendizado.

Com a assinatura do convênio que ocorreu entre governo do estado e a Eletrobras, teve inicio o processo de instalação da infraestrutura do Navegapará, que foi realizada pela Eletronorte. Seria um fato inédito pois ocorreria a parceria entre governo do estado e governo federal para fins de acesso à internet, por meio de fibra óptica. É importante frisa a escassez existente em torno da infraestrutura, especificamente os cabos de fibra óticas, já que a Eletronorte era a única disponível na região norte.

Diante disso, nota-se que o estado se comprometeu a investir no contexto das redes de telecomunicações, tendo em vista a vulnerabilidade do acesso à internet na região paraense. Em muitos municípios o acesso à rede era inexistente e em outros com valores exorbitantes cobrados pelas telefonias. Com a chegada de Ana Julia Carepa ao governo do estado o processo de inclusão da política pública no Navegapará foi facilitado. O governo do estado do Pará, no ano de 2007, assumiu uma nova “perspectiva de inovação, ciência, tecnologia e desenvolvimento regional que teria como um ponto central o acesso às tecnologias da informação e comunicação” (GONÇAVES, 2011, p. 158)

Em relação ao ponto de vista político partidário, a política pública do Navegapará alavancou a simpatia dos eleitores frente ao governo de Ana Julia Carepa mostrando a eficiência e importância do investimento ao acesso à internet, sendo um diferencial no

papel governamental e institucional. Os dados são visíveis acerca do Navegapará, o número de cidades conectadas aumentara exponencialmente. Em 2006 somente cerca de quatro município tinham acesso a banda larga no estado, em 2010 a internet banda larga estava disponível em 52 municípios sendo 23 destes a única opção de acesso à rede oferecido pelo governo do estado. (GONÇAVES, 2011)

A parceria entre órgãos públicos como a Empresa de Processamento de Dados do Pará (PRODEPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Banco da Amazônia, Centrais Elétricas do Pará (CELPA), até mesmo de regiões diferentes como a Companhia de Processamento de Dados da Bahia (PRODEB) foram essenciais para o desenvolvimento e crescimento do Navegapará. Cada rgo que cooperou na expansão dessa política pública tinha em vista os interesses a cerca da atuação interna e externa que esse meio acarretaria, todavia, a redução de custos com a utilização dessas parcerias foi visível e extremamente benéfica em relação a infraestrutura e espaço físico público.

A respeito da implantação do Navegapará nas áreas rurais do estado do Pará, uma das principais problematização estava a cerca da indisponibilidade da infraestrutura. No Brasil a questão da infraestrutura para a implantação do acesso à internet tem sido umas das maiores problemáticas sobre a questão da inclusão digital. Iniciando esse ponto, temos a questão da banda larga. O documento base do programa nacional de banda larga, citou em sua pesquisa a dificuldade enfrentada em ampliar o acesso à rede em banda larga por meio de plataformas tecnológicas como tablet, modem, computadores e que tal problema é enfrentado pela falta de infraestrutura. (UNESCO, 2010)

A realidade brasileira para obtenção da inclusão digital está mais distante: pouco mais da metade dos municípios possuem cobertura de banda larga. E ainda “Essa falta de infraestrutura impede o acesso confiável e mais barato em localidades onde há demanda pelo serviço e, como consequência, a produção e circulação de conteúdos e serviços digitais” esses serviços possibilitariam melhoria da qualidade de vida da população tanto urbana como rural. (UNESCO, 2010, Pág. 13)

Com isso, destaca-se a importância da qualificação dos agentes frente ao processo da inclusão, bem como a qualidade da infraestrutura dos espaços físicos e aparelhos. Aqui, é importante frisar o quão essencial investir na área de capacitação para assim poder produzir resultados produtivos com eficiência, buscando viabilizar os grupos beneficiados.

Em resumo, podemos destacar os três fatores existentes que dificultam a inclusão digital nas áreas mais carentes do Brasil, tais como: a infraestrutura aquedada, a o custo

para obter internet banda larga e a falta de treinamento dos indivíduos frente ao processo de utilização da rede. (AMARAL, 2018)

A questão possui mais complexidade quando relacionada aos aspectos regionais, como, por exemplo, das regiões norte e nordeste do Brasil. Segundo Marta Arretche (2019)

As desigualdades regionais no Brasil revelam, portanto, oportunidades diferentes para a inserção no mundo digital. Se nas regiões mais ricas a principal razão da não-inserção está associada às escolhas dos indivíduos, nas regiões mais pobres e no meio rural, a ausência de oportunidade – pela incapacidade de pagamento ou carência de oferta – constitui a principal barreira à inserção na economia digital. (ARRETCHÉ, pag. 66).

Observamos que o fator econômico é a grande barreira para o acesso à rede. E ainda que o acesso a novas tecnologias digitais eliminaria a desigualdade no campo social. Então em resumo podemos frisar que exista essa divisão entre o meio rural e urbano, ou seja, problemas enfrentados por conta do alto valor para poder ter acesso à rede, sendo uma dificuldade de ordem econômica comum nas regiões mais pobres.

O NAVEGAPARA é um programa voltado para dar oportunidade aos grupos vulneráveis existentes na região norte. A democratização digital é uma realidade atual e que precisa ser priorizada para poder haver a diminuição da curva sobre a desigualdade no Brasil.

2.2.2 – Novas Tecnologia, políticas pública e inclusão digital.

Nas últimas décadas, o processo de transformação social se caracteriza na denominada “aldeia global”, ou seja, a aproximação dos indivíduos por meio da tecnologia. Os agentes políticos sociais usam tal ferramenta para expandir seu espaço de divulgação e legitimação dos discursos público, atraindo e, incluindo, mais pessoas para a esfera pública. Tal acontecimento é um dos grandes marcos históricos do século XXI.

Com o surgimento de movimentos sociais no espaço público, durante os últimos anos, percebeu-se que a ferramenta fornecida pelo ambiente tecnológico uniu diferentes segmentos sociais, fortalecendo a participação política dos grupos historicamente marginalizados, que usam a rede de comunicação como porta-voz. Sendo assim, é possível observar que a era digital está presente em todas as relações pessoais e interpessoais, dentro do universo virtual. Essa transformação modificou profundamente os hábitos e rotinas sociais, nas quais percebemos a possibilidade de estar em vários

lugares ao mesmo tempo, ou seja, a rapidez de acesso à informação e mediação. (LEÃO, 2010).

É importante frisar que o estudo relacionado a tecnificação no âmbito social existe desde a década de 50, na qual observou-se o crescimento de tal meio nos diversos setores da sociedade. Com o avanço da era midiática os meios de produção tornaram-se mais competitivos e numerosos.

Atualmente, presenciamos a força do capitalismo nos grandes monopólios mundiais, e, em conjunto com o processo da era digital, percebe-se a essencialidade das ferramentas fornecidas pelo meio tecnológico. Diante disso, podemos enfatizar o processo de tecnologia da informação (T.I) que é utilizado para expandir e facilitar as relações tanto externa como interna por meio da tecnologia.

O acesso à informação tornou-se aliada diante do processo de transformação global. Pesquisas desenvolvidas afirmam que no contexto atual o acesso à informação, junto com conhecimento, são os denominados “bens de valores modernos”, ou seja, possuindo forte poder do capital. Diante disso, empresas buscam padronizar-se para o melhoramento dos processos e tomadas de decisões nas organizações, buscando atribuir valores e reconhecimento de mercado em um espaço tão competitivo. (ROSSETI E MORALES, 2007) Segundo Valle (1996), citado por Morton (1991) os elementos compostos pela T.I são: hardware, software, redes de comunicação, workstation (CAD, CAM, CIM etc.), robótica, chips inteligentes e etc., ou seja, essas ferramentas estão presentes no cotidiano de todos os indivíduos.

Todavia, deve-se pontuar que a era tecnológica não alterou unicamente o ambiente corporativo, mas também mudou o comportamento das pessoas no dia a dia, principalmente no contexto da comunicação interpessoal. As redes sociais são um exemplo dessa mudança na comunidade global. A exploração do desconhecido que é fornecido pelo ciberespaço, acaba que por tornar os caminhos traçados pela humanidade perigosas, por conta da gama de informações que são fornecidas. (FRIEDMANN E POCHER, 1977)

Porém, com o acesso à informação e as diversas utilidades que as ferramentas tecnológicas nos possibilitam, é possível enxergarmos a democratização dos meios de comunicação, que tornam o acesso à rede universal e dinâmico, e que, gradativamente, incluem os grupos marginalizados socialmente na esfera virtual.

Hoje, é possível graças a facilidade de intercomunicação expandir a interação de diferentes grupos sociais, que utiliza a ferramenta para explicar discussões daqueles que

creem numa sociedade mais justa, humana e igualitária, tendo em vista aspectos relacionados a ações em torno do coletivo, pautando a respeito das condições sociais, políticas, econômicas e culturais. É possível assim afirmar que evolução tecnológica transformou a esfera pública e suas vertentes sociais.

Diante do aceleramento de era digital e da virtualização, os espaços públicos tem agregado a utilização de tais ferramentas e com isso, observa-se a importância de desenvolver políticas públicas para expandir ainda mais o acesso à rede, tendo em vista que os investimentos para esse fim produzem um crescimento significativo na produtividade do mundo contemporâneo. Ainda há dificuldades na utilização dessas ferramentas tecnológicas pois ainda existem pessoas, resistindo as mudanças que são extremamente visíveis.

Segundo Moura (1998) a internet é uma realidade essencial no âmbito coletivo, pois a Internet faz hoje parte do nosso mundo. Este novo recurso põe à disposição um novo mar de possibilidades que permite a interação entre pessoas das mais variadas culturas e locais do mundo, possibilita o intercâmbio de diferentes visões e realidades.

Pontuando questões acerca das políticas públicas no contexto da era digital, a organização nacional das nações unidas (ONU) reconheceu, em 2011, a importância do acesso à internet para a organização do fluxo de informações e comunicações as quais esse meio possibilita. O artigo XIX, da declaração universal dos direitos humanos, diz que

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, ART XIX)

Compreendeu-se que os cidadãos teriam direitos reservados como o direito à liberdade de expressão entre outros garantidores que englobam os direitos humanos promovendo o progresso da sociedade como um todo. No Brasil temos a importância do marco civil da internet, em 2014, precedido pela então lei 12.965. Sendo assim, as grandes questões da sociedade brasileira puderam adentrar nesse novo meio de comunicação, onde tal instrumento vem sendo visualizado como fator essencial para a defesa da dignidade humana, e, também um meio garantidor dos direitos sociais, civil e econômico dos grupos pertencentes a minorias.

Ainda destacando a importância da era digital no contexto social, entende-se que a sociedade, ao longo dos anos, transformasse de acordo com as mudanças culturais as quais os indivíduos pertencem, se adaptando e modificando o espaço. Com a globalização os meios de comunicação tornaram-se essenciais na atualidade. No que tange a cultura, segundo Fornasier e Scaranti (2017) exemplificam que por meio das bibliotecas virtuais, um número significativo de pessoas conseguem ter acesso a conteúdo didáticos, com múltiplas áreas de conhecimento, expandindo assim a curiosidade e vontade de aprendizado, beneficiando principalmente os grupos mais pobres.

Todavia, é importante destacar os problemas que estão relacionados ao acesso à informação e utilização da ferramenta digital. Diversos indivíduos encontram problemas em utilizar as redes de computadores, nas quais tais empecilhos incluem a obtenção de computadores para se ter acesso (destacando a questão aquisitiva), e acesso à internet. Os habitantes mais afetados estão localizados nas áreas rurais.

Segundo o comitê de gestor de internet no Brasil (2014) no ano de 2008 a 2013, o percentual de famílias rurais que obtinham acesso à internet era significativamente desproporcional as famílias dos centros urbanos, que tinham acesso à rede de informação. Dados preocupantes para a democratização da informação no país. Entende-se assim que investir em políticas dirigidas, voltadas para a democratização virtual, é de suma importância para a diminuição da desigualdade existente entre campo e cidade.

Há diversos fatores que podem ser atribuídos a dificuldade do acesso à informação, no campo, pelos meios virtuais. Segundo Fornasier e Scaranti (2017) a baixa escolaridade, as limitações físicas e etárias e a baixa renda são problemas enfrentados por cada indivíduo que queira ter acesso à internet, além das questões geográficas nas quais impossibilita um acesso de qualidade e rapidez. Ou seja, a participação do governo para ampliar a tecnologia da informação nas áreas mais remotas é imprescindível pois compreende-se que a inclusão digital se faz necessário para a construção da cidadania e acesso à informação e principalmente ao conhecimento, direitos garantidos pela constituição brasileira. O acesso à internet precisa ser visualizado com um bem público.

O acesso à informação agrega valores ao intelecto dos indivíduos, assim como causa evolução no âmbito social, econômico e cultural no país, podendo assim diminuir a distinção social, fator muito presente atualmente.

Ainda sobre a importância do acesso à informação no campo, Almeida (2005) enfatiza que as informações transmitidas pela rede de computadores facilitam, e

melhoram, as técnicas no ambiente rural, contribuindo com um maior aproveitamento da mão de obra no campo, assim o autor cita

Pesquisas sobre o aumento da fertilidade dos solos, melhores técnicas para o pescado, combate às pragas nas plantações, muitas vezes ficam longe das pessoas que realmente necessitariam deste conhecimento pelo fato da distância entre onde vivem e as universidades. O papel da tecnologia da informação, então, seria o de aproximar problemas de suas possíveis soluções, soluções estas que podem estar em qualquer lugar do Brasil ou do mundo. Se imaginarmos o custo que tem o deslocamento das pessoas que vivem nos campos para os centros urbanos, muitos não poderiam nunca ter acesso a determinado conhecimento. A melhoria não seria então apenas na qualidade de vida, mas seria na economia em geral. (ALMEI DA, 2005, p. 63).

Entretanto, para poder obter aperfeiçoamento dessas técnicas no ambiente rural, os indivíduos necessitam de uma educação digital, para que tais pessoas possam assimilar os benefícios oriundos dessa ferramenta cibernética. Portanto, pode-se confirmar que a importância de criações de políticas públicas, parte desse novo modelo social emergente, onde o Estado possui um papel fundamental para a construção da democracia digital.

O Estado precisa encarar o acesso a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o Brasil. Assim como há o direcionamento para as políticas públicas relacionadas a saúde, educação, habitação, infraestrutura, geração de emprego e renda, cabe o governo desenvolver políticas públicas direcionadas para o acesso à informação por meio das ferramentas tecnológicas.

Contudo, a participação do Estado nos interesses a respeito do acesso à informação se deu em meados de 80, porém somente anos após que foram dedicadas ações prioritárias nessa área. Nesse contexto foram criados os estão telecentros que são basicamente salas ou gabinetes de computadores conectados a rede de forma gratuita. Esses telecentros além de disponibilizar acesso à internet grátis a população de determinada região, oferece também cursos básicos de informática, auxiliando de certa forma o desenvolvimento de micro empresas familiares. (FORNASIER e SCARANTTI, 2017)

As políticas públicas são ações, metas e planos desenvolvidas pelo governo, ações voltadas para a população marginalizada, e que visam impactar positivamente a situação de vida das pessoas. O ministério da ciência e tecnologia (MCT) desenvolveu um programa de inclusão digital no país, tendo como principal objetivo a criação de centros de inclusão digital, priorizando os locais mais remotos e que possuem baixo nível do índice de desenvolvimento humano. (MCT, 2011)

Segundo informações coletadas pelo ministério da Ciência e Tecnologia, e analisados pela autora *Helou et al* (2011:15) os principais macro objetivos do programa são

(a) a desconcentração das atividades de pesquisa; (b) o combate aos desequilíbrios regionais; (c) a promoção da melhoria da qualidade de vida da população; (d) o aumento da produtividade científica e tecnológica; (e) a expansão do extensionismo aliado ao domínio das TICs; (f) a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social; (g) a apropriação do conhecimento pelas comunidades.

Assim entendemos que a criação desses telecentros nas áreas mais remotas é essencial para a promoção da democratização digital no Brasil. Ampliando e desenvolvendo o conhecimento em todos os lugares, principalmente da população menos favorecida.

As políticas públicas baseadas na democratização do meio digital mostram que investir em conhecimento tornou-se fundamental na atualidade, agregando valores nos setores econômicos, culturais e sociais. Ainda sim há dificuldades em expandir o acesso à informação, sobretudo nas áreas mais remotas como o campo e os bairros periféricos. Todavia, na esfera pública percebe-se a maior participação do Estado com o intuito de expandir o acesso à rede no meio social. O ciberespaço é uma realidade global, na qual quem obtém as ferramentas digitais necessárias é reconhecido pelo seu grau de desenvolvimento e progresso midiático. Com o avanço da tecnologia nas últimas décadas, o cenário social está passando por transformações significativas relacionadas ao modo de vida e comportamentais dos indivíduos. É importante frisar que Ciberespaço é um espaço virtual onde ocorre a troca de informações entre pessoas, independente de sua localidade.

Os meios de comunicação como televisão, rádio, telefone etc., fundiram-se às novas tecnologias e possibilitaram um amplo meio de acesso, instantâneo e prático. Pierre Levy (2010, p. 93) cita que o ciberespaço pode fornecer uma “potência de cálculos, tempo real, mais ou menos como as grandes companhias de fornecimento de energia elétrica”. Com isso o processo de comunicação tornou-se mais prático e acessível, possibilitando a aproximação de diferentes culturas, independente de tempo-espaço.

Ou seja, a internet oferece suporte para a construção de uma nova identidade subjetiva do indivíduo que usa essa ferramenta no seu convívio social e diário, criando um mundo virtual que separa ao mesmo tempo que une. Nesse sentido, cria-se um novo modelo cultura social denominado por Ciberespaço. De acordo com Lévy (1999, p. 17), o ciberespaço significa "o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial

de computadores". O novo modelo de comunicação possibilita a interação comunicativa do tipo muitos-a-muitos, transformando as relações na conjuntura social e econômica. A globalização e o capitalismo penetram-se nesse contexto social atual da sociedade.

Os meios tecnológicos e a rede de comunicação possibilitam ao indivíduo social a interferência diante das questões sociais e econômicas, contribuindo a favor dos avanços educacionais, científicos e; atribuindo valores democráticos sociais. Os grupos sociais organizados encontraram nessa ferramenta voz aos seus ideais, e a disseminação dos seus valores históricos na rede de comunicação, ou especificamente ao ambiente denominado por Ciberespaço.

Com esse novo paradigma social, o meio virtual alcançou e continua alcançando espaços importantes na sociedade. Tal inovação não se limita ao espaço individual de seus usuários, mas também presente na esfera civil. É notório a importância do Ciberespaço, com o auxílio do governo, empresários e associações coletivas, para o desenvolvimento das regiões desfavorecidas, enriquecendo as experiências e troca de saberes. No aspecto governamental, o ciberespaço aproxima os cidadãos na participação política, além de desburocratizar os serviços e otimizar o tempo e recursos, permitindo novas experiências democráticas. (LEVY, p.1999) Portanto, o ciberespaço vem transformando setores essenciais no mundo contemporâneo, setores ligados a cultura, economia e social. No contexto do Navegapará, o estado beneficia-se otimizando os serviços dentro das instituições e contribui para o bem-estar social, diminuindo a desigualdade e promovendo o avanço social.

Pontuando a perspectiva universal das políticas públicas de inclusão digital na América Latina, percebe-se um crescimento, ao longo dos anos, de maior apropriação pelos cidadãos das tecnologias da informação (TIC). No Brasil, como observado em alguns pontos do trabalho, o processo de inclusão digital tem dificuldades para implantação da infraestrutura nas áreas de difícil acesso para tais instalações.

Além disso a questão governamental sobre as amarras legais e os recursos para o desenvolvimento e expansão do acesso a rede é um dos principais fatores para o tímido desenvolvimento da inclusão digital no Brasil, apesar do país ser reconhecido mundialmente como um dos países que mais busca ampliar a utilização de software e acesso à tecnologia nos grupos sociais vulneráveis e na esfera pública. Outra problemática é acerca das informações sobre políticas em vigor no país, onde as informações estão dispersas e de difícil acesso. (AFONSO, 2006)

Em relação a América Latina, os governos buscam investir na expansão dos TICs nas regiões, tendo como visão a constantes transformações sociais e econômicas acarretado pela utilização das tecnologias na esfera social e governamental dos países desenvolvidos. Todavia, o acesso ainda é insuficiente onde metade da população desses países não tem acesso a rede. Um dos principais fatores é a falta de recursos financeiros para a implantação das tecnologias. Um dos exemplos a ser citado é Cuba onde possui o menor índice de utilização de sua população, fator causado pelos baixos níveis de desenvolvimento econômico do país, porém o governo desenvolve projetos de inclusão digital para a população ter acesso as tecnologias. (ALVAREZ, et al, 2015)

No país que possui maior taxa de conectividade da América, o Chile, ainda se empenha para efetivação do acesso a rede, principalmente em áreas rurais e de difícil acesso. Entretanto, o país organiza suas ações acerca do crescimento das TICs e inclusão digital há mais de 20 anos, a agenda produzida apresenta 60 medidas a serem realizadas pelo governo “As iniciativas se referem, principalmente, ao desenvolvimento do governo eletrônico (28 ações) e educação digital (13 ações)”. (CARMO, DUARTE, GOMES, 2020, pag. 8) as iniciativas do governo chileno frente a inclusão digital no país destacam-se pelo alto acesso de informações sobre o conteúdo e resultados do compromisso com tal política pública.

Já o Uruguai desenvolve sua política de inclusão digital através da Agência para o desenvolvimento do governo da Gestão Eletrônica e da sociedade da Informação e do conhecimento (AGESIC). Um dos principais desafios enfrentados pelo governo é a participação de idosos e pessoas com baixa escolaridade no ambiente virtual. Diante de sua agenda governamental o país busca também priorizar o melhoramento da infraestrutura entre outros aspectos importantes para o desenvolvimento do TICs no país.

Em relação aos países da América do Sul no contexto da inclusão digital no âmbito social e por meio das ações governamentais a que apresenta menor número de ações destinadas à inclusão é a Argentina. No país existem programas voltados para reduzir a desigualdade digital e para incentivar a apropriação das TICs. Outra comparativa com o modelo brasileiro é a respeito dos espaços que são parecidos com os telecentros que existem no Brasil, junto com pontos de *Wi-Fi*, todavia, há pouca disponibilidade de informação sobre as ações, diferente do que ocorre no Chile. (CARMO, DUARTE, GOMES, 2020) Os países citados são os que possuem maior inserção de internet na população, com um pouco mais da metade de acesso.

O Brasil busca inserir-se no nos grupos de países que tem a inclusão digital como prioridade na agenda governamental, porém os métodos do governo têm se mostrado distante de se obter o êxito frente a essa questão: operando de modo vedado, sem diálogo com a sociedade (AFONSO, 2006). A unificação entre governo federal, estados e municípios é de suma importância para a integração regional da inclusão digital, gerando oportunidade ao maior número possível de pessoas de acesso a rede de comunicação. Além disso, os serviços governamentais serão acessíveis a todos os grupos e os custos serão diminuídos.

CAPÍTULO 3: A CRISE DOS INFOCENTROS, O SEU FIM E AS REPERCUSSÕES.

3.1 AS RELATOS DOS AGENTES PÚBLICOS SOBRE A CRISE DOS INFOCENTROS.

Com a eleição do governador Simão Jatene (PSDB), criou-se por parte da população interrogações em torno da continuidade ou não das políticas públicas que vinham sendo implementados pela gestão passada de Ana Júlia Carepa (PT) em especial o projeto NAVEGAPARÁ, considerada uma Política Públicas de cunho de inclusão digital. O Navegapara, através dos Infocentros, como já mencionado anteriormente, se destaca pela sua característica de relação direta com a população, com a vida das pessoas, da qual podemos afirmar que o Infocentro é a aplicação prática e direta de uma política pública com presença marcante na inclusão social.

A tomada de decisão do executivo em referência a implementação não estava nítida ou melhor não tinha nenhuma informação ou sinais de diálogo com a sociedade civil organizada, que tinha em suas organizações a implantação dos Infocentros, como afirmar a liderança a comunitária D. F., na época era presidente da associação dos moradores Jardim Europa:

Na época da vitória eleitoral do Simão Jatene (PSDB) procuramos a SEDECT para sabe de alguma notícia do funcionamento do projeto dos infocentros (O infocentro foi implantado no salão da nossa associação com treze computadores e internet grátis para comunidade) e não tínhamos nenhuma resposta por parte do governo, era preocupante essa situação.

Na buscar de interligar os fatos que aconteceram logo após a vitória e posse do governador Simão (PSDB) da qual denominamos nesse trabalho como “o Fim dos Infocentros” tivemos que construir um caminho que pudessem dar um panorama geral desse momento histórico como se observa na fala do dirigente D. F. ao afirmar:

Olhando para o passado percebemos que o processo desde do início do governo do Simão Jatene até o decreto que deixou de pagar as contas de energia dos infocentro foi num período menos de 1 ano, e podemos afirmar também que foi uma imposição de cima para baixo, sem nenhum tipo de diálogo.

Os dados de campo revelaram formação de uma “rede comunitária” que se construiu nesse processo de mudança de gestão governamental com a finalidade de obter notícias de como ficaria o futuro dos Infocentros, que em sua maioria foram implantados

nas associações e centros comunitários espalhados na periferia de Belém e também no interior do Estado.

O processo de construção da rede dos movimentos sociais e organização dos setores populares, se deu por duas necessidades: a primeira foi a importância de estabelecer relações entre as entidades com intuito de trocas informações sobre o funcionamento dos Infocentros. A segunda foi no aspecto político, não só para elaboração e formatação do manifesto em defesa da manutenção dos Infocentros e também estabelecer o diálogo e mobilização para audiência pública que discutisse o destino dos referidos Infocentros.

A rede não tinha uma estrutura formalizada, porém contava com lideranças comunitárias, sindicais e religiosas que dava uma grande visibilidade as atividades da rede. É preciso destaca a participação de 25 lideranças comunitárias, 5 sindicatos de trabalhadores e 10 lideranças religiosas de várias matrizes. É importante salientar que a principal ferramenta utilizada para mobilização dos movimentos sociais foi a utilização dos computadores dos Infocentros.

Essa rede comunitária promoveu o diálogo entre as lideranças comunitárias conseguindo superar fronteira geográficas e monitorar os passos do governo em relação a sua proposta do futuro dos Infocentros. Na fala da comunitária S. F. S. ficou bem nítido a montagem dessa rede ao expor:

foi um momento muito rico de debate entre nós (líderes comunitários) em torno do “manifesto” e articulação e construção da audiência pública para tratar a temática do fim dos infocentros , pois já tínhamos suspeita que o governo tinha como decisão acabar com o funcionamento dos mesmos

Nesse contexto é importante salientar que os movimentos sociais e as organizações de cunho populares contemporâneos estão organizados em redes sociais. De acordo com Gohn (2008: 45), o conceito de redes sociais emergiu para analisar “novas mobilizações estimuladas por programas e projetos construídos por ONG, fundações ou por políticas públicas”. Essas novas mobilizações têm sua visibilidade nas redes e fóruns que são construídos no decorrer do processo de organização.

As redes sociais compõem as sociedades atuais, estruturas que são impulsionadas pela informatização e pela globalização, as redes de organização de cunho populares e

movimentos sociais se mobilizam de acordo objetivos estratégicos e os resultados são benéficos para a sociedade civil em geral (WASSERMAN E FAUST, 1994, DEGENNE E FORSÉ, 1999 apud RECUERO, 2005: 02).

Utilizando a perspectiva de Watzlavick, Beavin e Jackson, (Apud RECUERO 2005:02), a conexão estabelecida entre atores sociais que participam de uma rede, denomina-se laço social: “Um laço é composto por relações sociais, que por sua vez, são constituídas por interações sociais. Uma interação social é aquela ação que tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares. Ou seja, trata-se de uma manifestação comunicacional”.

Scherer-Warren (1999: 34) ao abordar a cotidiano político das redes de cunho populares e movimentos sociais contemporâneo, ressalta a importância do estabelecimento de relações sociais mais estáveis e acordos pautados na reciprocidade e confiança garantindo o sucesso das ações políticas.

E como fruto dessa rede comunitária foi construído um manifesto que representasse o pensamento majoritário das entidades, bem como o estabelecimento de diálogo e articulação com a bancada de deputados da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), especificamente com pessoas eleitas pelo Partidos dos Trabalhadores e pelo Partido Comunista do Brasil. O diálogo com a banca da ALEPA representou um espaço intermediário que pudesse reunir os dois “lados”, o governo para explicar como ficará o futuro do Infocentros e a sociedade civil angustiada com o futuro da política pública de inclusão digital.

É importante salientar que o ALEPA assume a função de mediador entre o segmento da população mais carente da periferia do Pará e a instituição política governamental (promotoras de programas de políticas públicas), intercedendo em favor da organização movimento comunitário e garantindo voz a este movimento. Ros (2008, p. 101) ao definir o conceito de mediação como “conjunto de ações sociais nas quais um agente, o mediador, articula outros, os mediados, a universos sociais que se lhes apresentam relativamente inacessíveis”. Desta forma, bancada ALEPA, significou naquele momento um mediador importante para rede comunitária que buscava a manutenção de política pública de inclusão digital.

A busca pelos registros da qual seria muito relevante para construção da narrativa desse trabalho era ter acesso a ata da Audiência pública intitulado: “ Infocentros: por que não estão funcionando?” realizada no dia 12 de abril de 2012 (terça- feira), nas

dependência do auditório João Batista às 14h, tendo como autor do requerimento o Ex-deputado Estadual Edilson Moura (PT).

No intuito de obter o registro dessa ata junto a secretária da ALEPA, enviamos um memorando (0089/2020-GDD) no dia 17 de julho de 2020 através do gabinete do Deputado Estadual Dirceu Ten Caten (Líder da Bancada do PT) que também teve um importante papel de intermediar na coleta de dados, pois o papel de pesquisador é árduo em campo (principalmente no levantamento documental em instituições extremamente burocrática como ALEPA). E no dia 29 de junho de 2020 houve a resposta através do memorando 021 /2020 ALEPA com o seguinte teor: “Que nessa época só eram feitas gravações de reuniões realizadas no Plenário Newton Miranda, devido termos em nosso setor apenas um computador fixo de mesa, com programa fixo de mesa, com programa de gravações. (Anexo 1)”.

O memorando 021/2020 ALEPA apresentou uma grande dificuldade, pois revelou que não ter nenhum registro oficial, especialmente a ata da audiência pública pela instituição ALEPA/PA. Desta forma foi necessário percorre outros caminhos que pudesse relatar os bastidores, as falas dos presentes, os conflitos e também as resoluções

E no passar desta pesquisa se utilizou a coleta de diversas fontes como jornal, manifesto, cartaz, documentos, panfletos, ofícios, declarações (áudios) de alguns autores que participaram da construção da audiência pública da qual relataram suas versões, preocupações, conflitos

Na esfera da rede comunitária circulou um manifesto popular que foi distribuído durante a audiência e também circulou através dos e-mails da qual tivemos acesso enviada pela líder comunitária e membro do conselho gestor do Infocentros da associação moradores clube da mães Jardim Sideral senhora S. F. S. O manifesto foi destinado aos movimentos sociais e membros dos conselhos gestores dos Infocentros na Região Metropolitana de Belém e do Estado.

Nesse contexto é importante destacar que as mobilizações são ações coletivas que os movimentos sociais realizam em torno de suas reivindicações (lutas). Servem para exigir seus direitos e muita das vezes norteia seu modo de ser ou protestar contra alguma injustiça ou falta de política.

Atuação do Movimento Social se faz tanto no plano do Estado, seus governos e outras instancias de poderes constituídos, outro plano e a própria sociedade em si, pois o Movimento Social não se caracteriza só por demandas de políticas públicas, mas se

propõe a desenvolver nova forma de pensa e agir de maneira a mudar os status quo vigente do atual mundo

Acreditamos que foi uma reação coletiva e articulação da comunidade na ideia de intervir do debate que estava obstruído pelo “silêncio” do governo, e nessa reflexão foi elaborado o manifesto (através de várias mãos) dialogando com a importância dos Infocentros principalmente para os cidadãos da periferia que historicamente foi excluído desse processo.

Quando se volta para o conteúdo do Manifesto percebe-se uma preocupação com o acesso à Educação usando uma citação de Emir Sader na abertura do referido documento (2012: 13) “educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.”

No desenvolver do texto do manifesto enfatizou as condições do funcionamento dos Infocentros da qual dependia da intervenção do Estado na medida que as comunidades enfrentam dificuldades na articulação de parceiros (privados) para contribuir com o pagamento das despesas de manutenção.

A fala de uma liderança comunitária da Marambaia M.G.R.L mostra a indignação com o governo Simão Jatene frente a incapacidade do Estado em continua com essa Política Pública: “nesse momento é inconcebível para os movimentos sociais de que o Estado na figura do sr. Simão Jatene não possa arcar com a manutenção dos Infocentros e lutar pela sua ampliação”. O Estado precisa estar preparado para enfrentar crises e apontar soluções principalmente numa sociedade com grandes desafios de promover desenvolvimento com inclusão social. A liderança comunitária M.G.R.L continua “olha, o governo tem que a capacidade de atrair parceiros da iniciativa privada para suprir suas demandas oriundas da sociedade”

A respeito da efetiva importância do papel do Estado na busca da universalização ao acesso a inclusão digital, o Estado precisa enfrentar, ou melhor, dar solução para uma particularidade que o manifesto questionar como fazer política pública na Amazônia, levando em conta a realidade dentro de um processo histórico, questões geográficas e do aspecto socioeconômicos.

Na entrevista concedida por ex-deputado Edilson Moura foi destacada a importância da internet para a realidade do Estado do Pará e no mesmo trecho faz uma

crítica reportando os impasses entre os interesses da sociedade civil e o Estado, o primeiro querendo a continuidade da política pública da inclusão digital através dos Infocentros, enquanto que segundo demonstrando descaso:

Pensando na vitória do governo Simão Jatene, simplesmente os infocentros foram esquecidos, foram abandonados, não houve continuidade. Quando o governo Jatene assumiu sumariamente eles acabaram, deixaram de pagar as energias, não fizeram a renovação dos equipamentos e nem deram satisfação nenhuma para entidades que tinham os infocentros na dependência de suas sedes”.

A fala do entrevistador do ex-deputado E. M. demonstra a dificuldade em dá continuidade ao Infocentros, pois sem a contrapartida do governo no pagamento da energia de luz dos Infocentros, estes param de funcionar, comprometendo o futuro da referida dessa política pública de inclusão digital.

Quanto ao conteúdo do Manifesto, o mesmo procurou dar uma definição/conceito do que seria o programa NAVEGAPARÁ e mais especificamente o Infocentros e de como acontece sua composição e seu funcionamento. Além de apresentar também a indignação com descontinuidade de uma política pública na região amazônica que se tornou insuficientes. Essa centralidade foi escrita no Manifesto da seguinte maneira:

Onde acreditamos ser o papel do governo do Estado desenvolver políticas sociais de forma que venha a atrair parceiros para dar continuidade a esse segmento que é de suma importância para a expansão e o bom desenvolvimento das tecnologias e o direito de acesso da população aos meios de comunicação e informação. (MANIFESTO, 2012: 04)

Refletindo as motivações do ex-presidente da AMOB (Associação dos Moradores do Bengui), o sr. C. A, onde também foi implantado um Infocentros , em sua entrevista ela relata algumas considerações: os Infocentros era para centenas de organizações sociais um espaço fundamental para executar projetos sociais ao seu redor, que na ponta desses serviços servia para várias funções diárias para sua população, não só para qualificação de jovens e adultos como também em atividades extra: acesso a site de leituras, inscrição para concursos públicos, acesso aos programas sociais governamentais, entre outras tarefas. Quanto a nova gestão governamental, a crítica foi “Uns desserviços a sociedade, pois um programa bom, apesar das suas limitações, pois no seu lugar não houve a implementação de outros para substituir”. Podemos auferi na afirmação da

liderança comunitária que o fim dos Infocentros não só acabou com a rede de serviços, fim dos cursos de qualificação como também o governo não apresentou nenhuma alternativa no seu lugar, que simplesmente trouxe um retrocesso na melhoria de vida de sua população. “sabe em reunião com representante do governo, eles falaram da dificuldade em custear a energia dos Infocentros porque era oneroso ao cofre do Estado.

Nesse contexto os outros fatores ficaram, ou melhor não ficaram na perspectiva das políticas públicas do atual governo como a função social e a importância dos Infocentros.

Registramos aqui uma carta do então presidente do MAC (Movimento de Ação Comunitária) o sr. R. B, localizado no Bairro do Aeroporto- Mosqueiro, direcionado aos moradores, no item 21 da referida carta descrever a importância do Infocentros: “Esse projeto visa cumprir uma das metas da diretoria, que é fazer a inclusão social dos nossos jovens através da inclusão digital; resgatando as nossas crianças e jovens que vivem em situação de risco em nosso bairro” .

O sr. R. B, teve um destaque fundamental não só na articulação e mobilização das lideranças para estar presente na audiência como também na formulação do Manifesto. A carta escrita procurou dar uma dimensão social que rompe a lógica capitalista, que perpassa a ideia de que o lucro é mais importante e o Estado não deve investir em áreas que não produzem riqueza, devendo o mesmo seguir o modelo neoliberal onde o papel do Mercado que devem dar o Norte para o desenvolvimento da sociedade.

A reflexão do tema social na implementação das políticas públicas precisa ser constante e consagrada, da qual vários setores dos movimentos sociais atingidos pelo fim dos Infocentros acreditavam nessa linha de raciocínio, onde a inclusão social precisa estar no centro das decisões governamentais, para tal análise

Nesse vetor as novas formas tecnológicas precisam estar à disposição da comunidade mais carentes acaba sendo uma atrativa a mais para aqueles que convivem em situação adversa, pois estamos vivendo num Estado democrático de direito em que a sociedade civil é formada de vontades individuais livres e iguais:

[...] A democracia moderna nasce e cresce como um método de legitimação e de controle das decisões políticas no sentido estrito, ou do “governo” propriamente dito (seja ele nacional ou local), no qual o indivíduo é considerado em seu papel geral de cidadão e não na multiplicidade de seus papéis específicos de fiel de uma igreja, de trabalhador, de estudante, de soldado, de consumidor, de doente, etc. (BOBBIO, 1989, p. 27)

Assim, com a instauração dos estados democráticos, ocorreu a constituição de grupos políticos - grandes organizações, associações, sindicatos, partidos políticos e etc. - como sujeitos politicamente relevantes, em que os indivíduos são atores e dirigentes desse processo de crescimento político.

Ainda para este autor italiano (1989), a conversão do *Estado Liberal* em Estado Democrático libertou a sociedade civil, desatrelando-a do estado, pondo em prática uma nova forma de poder, o poder ascendente (poder que vai da base ao vértice). Situação em que a noção de indivíduo se transfere das relações políticas, considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, reconhecendo seus papéis específicos. Para Bobbio (1989, p.153), a democratização da sociedade advém da democratização do Estado, em que:

[...] Após a conquista do sufrágio universal, se ainda é possível falar de uma extensão do processo de democratização, este deveria revelar-se não tanto na passagem da democracia representativa para a democracia social - não tanto na resposta à pergunta: “Onde se vota?” Em outros termos, quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar perceber se aumentou ou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito.

No caso dos Infocentros, eles são espaços políticos nos quais é possível exercer mais direitos da cidadania, porque ocorreu uma intensa participação da comunidade. Criou-se, então, uma tendência por parte dos cidadãos, em que os mesmos deveriam ser educados pelo o exercício da prática democrática e dos direitos do cidadão.

No entanto esses espaços estão com o futuro comprometido, como se observa no depoimento do ex-deputado estadual E. M. realizado no ano 2020, que faz um alerta ou melhor uma denúncia da descontinuidade dessa política pública para os dias atuais, conforme se observa: “Agora veja bem, agora estamos em 2020, o mundo está vivendo uma pandemia, as aulas foram suspensa, muitas pessoas estão trabalhando de sua residência, estão trabalhando cumprido o isolamento social, bom as pessoas de baixa renda não estão tendo acesso a isso”.

Com a pandemia ficou mais transparente e nítido as contradições da sociedade brasileira; enquanto umas partes menores têm todos privilégios enquanto a maioria da população está excluída das políticas públicas e do acesso a direitos básicos de cidadania.

Ainda com o depoimento ex-Deputado Estadual E. M:

Muitas pessoas não têm internet, muita gente não tem condições de pagar essa internet, se esse programa tivesse ampliado as pessoas de baixa renda, as pessoas das periferias da baixa renda, as pessoas das periferias das pequenas, médias e das grandes cidades estariam com acesso a rede de computadores

Com esse depoimento feito atualmente com um olhar do passado expõe quanta falta a continuidade dos Infocentros que ajudou no aprofundamento da desigualdade social que nosso País se encontra. E hoje a importância da internet na vida das pessoas se tornou quase uma necessidade diária, no entanto, essa situação aumentou ainda mais a desigualdade no país.

A inclusão digital é um elemento básico nos dias de hoje para vencer a grande desigualdade social, no entanto, o processo de inclusão social perpassa pela intervenção do estado, pois é necessário um grande volume de investimento na infraestrutura e pessoal capaz de envolver toda sociedade para essa temática. “Daí a crítica permanente presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e sua recusa inflexível aos sonhos e à utopia.” (FREIRE, 1996, p. 14).

E com efeito da decisão de desfazer os Infocentros não está somente na lógica pontual de dar um passo para trás e construir um outro projeto de inclusão digital para uma população que na sua maioria desprovida das novas ferramentas tecnológica ou como não possui nenhum tipo de acesso à internet, o que aconteceu na prática foi o desmantelamento de uma grande política de inclusão social que estava em plena execução, que talvez não tenhamos a dimensão do prejuízo social deste que o governo Simão Jatene (PSDB) determinou o não pagamento das contas de energia dos Infocentros.

Os dados apresentados no relatório de gestão (2008-2010) do NAVEGAPARÁ/INFOCENTRO houve a implantação de 138 Infocentros somente na Região metropolitana de Belém dividido pelas seguintes cidades:

TABELA 02: INFOCENTROS IMPLANTADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM NO PERÍODO DE 2008 À 2010.

Belém	118
Ananindeua	22

Santa Izabel	4
Benevides	2
Santa barbara	2
Total	138

Fonte: Relatório de gestão (2008-2010) do NAVEGAPARÁ/INFOCENTRO.

Ao analisarmos o quadro 01, fortalece a ideia do tamanho e estruturação do projeto NAVEGAPARA e especialmente o Infocentro, essa dimensão é também social, pois dava vida as organizações de cunho populares, como associações de moradores e centros comunitários, e comunidade em que os infocentros estavam implantados, com a população sendo incluída digitalmente (pois tendo em média 11 computadores).

De acordo do relato da sra. A.C.X, membro gestor do Infocentro Jardim Sevilha, área de ocupação que aglutina muitas pessoas e conseqüentemente apresenta vários problemas sociais. Ao ser indagada sobre o fim dos Infocentros a mesma respondeu “decepcionante e frustrante” e, ao se referir a atual situação do programa NAVEGAPARÁ, a mesma se manifestou da seguinte maneira “sucateado, desmontado, abandonado e desperdício de dinheiro público”

Analisando as palavras referidas acima da Informante A.C.X, detectamos uma grande indignação por parte da comunidade, por assistir uma das poucas políticas públicas ser “sucateado e desmontado” (palavras da informante) e não sentir nenhuma reação da referida comunidade e nem mencionar o gasto de dinheiro público, investido em obras, logística e pessoal, um “sonho que acabou” (Informante A. C.X).

Embora as respostas da Informante A. C.X sejam lacônicas, essa fala curtas e recortadas, transmitem a realidade cotidiana em que se vive e apresenta a sensação de perda de conquistas importantes da comunidade e presenciando o patrimônio público se evaporando em um curto período de tempo. Como Paulo Freire (1990, pag.81) salienta sobre a leitura da palavra “(...) sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua presença no mundo. É isso tudo, vem explicitando ou sugerido ou escondido no que chamo ‘leitura do mundo’ que precede sempre a leitura da palavra”.

É importante ressaltar que a desigualdade social é um obstáculo para o desenvolvimento da maioria da população. Rawls aborda a perspectiva da meritocracia (tida como um modelo da divisão de recursos, vantagens ou prêmios de acordo com a

aptidão e esforços individual de cada pessoa), mas para Rawls a meritocracia é um sistema de justiça bastante aleatório, uma vez que conta com a sorte de alguém nascer já trazer alguma aptidão ou ser valorizado em determinado momento histórico

Na entrevista da informante R. P, conselheira do Infocentro planetário/ UEPA, apresenta dois aspectos que é decorrente e essencial para o movimento social como a mesma relata o fim do Infocentros: “O fim dos Infocentros foi uma grande perda para população paraense que não detém poder aquisitivo para utilizar serviços pagos tanto para sua capacitação profissional quanto para o acesso a serviços da internet” (INFORMANTE R. P). Ao colocar as dificuldades de ter acesso a internet pela via do poder público, levando o mercado a supremacia, excluindo uma grande parcela da população o acesso a internet.

Na Entrevista do conselheiro gestor do Infocentro da Associação das Mulheres da Pesca Artesanal da Baía do Sol, a sra. M. S. localizado no distrito de Mosqueiro, trouxe um outro elemento para compor o quadro em que situação ficaram os Infocentros no pós-termino em especial a juventude , na qual vejamos seu relato “Os jovens ficaram vulnerável pela falta de um espaço e informação para fazer pesquisa” O desmonte do Infocentros também é fim de muitos espaços na só para formação como também um espaço de lazer, de atividades pedagógicas, tendo a ousadia de sonhar e realizar sua capacitação profissional com intuito de arranjar o seu primeiro emprego, sendo uma preocupação constante no seio da juventude.

Ainda no pensamento da informante M. S acrescentou com a seguinte resposta se teve benefício a implantação do Infocentro na comunidade: “Inclusão social, muitos jovens conseguiram o primeiro emprego através da informática”. E ter experiência profissional para o jovem é fundamental para conseguir o primeiro emprego, é na área da informática é imprescindível no mundo que tender cada vez mais se informatizar.

Em outra entrevista concedida pelo sr. D. R. F. ex-presidente da associação de moradores do conjunto Jardim Europa, tendo sua composição de moradores de classe Média, mais rodeado de ocupações. Ainda seguindo a ideia que vêm se consolidando no conjunto das respostas mediante aos questionários e traduzidas pelos dirigentes da qual relata qual foi o maiores benefícios que o Infocentro trouxe para comunidade em sua visão: “Maior benefício foi ajudar a comunidade, pois entregava diploma e depois conseguia emprego principalmente a juventude”

Em consonância com a entrevista do conselheiro do Infocentro da Baía do sol, o sr. L. S. da S. ressaltar a problematização da conquista o primeiro emprego no seio da

juventude. Retornando a temática de forma criticamente, o dirigente comunitário D. R. F. pontua o descontentamento da desativação desta política públicas tão essencial no seio da população, o mesmo destaca que: “Uma coisa muito triste, uma perda para o povo, nessa parte digital sem perspectiva”. As palavras “triste e sem perspectiva” referem-se as desativações dos Infocentros que tem como consequência a privação da população mais carente no meio digital.

Diante do abandono acerca dos Infocentros, antigas personalidades políticas pontuaram a respeito do fim dessa política pública que permitia aos jovens o acesso a conteúdo e ferramentas essenciais para o desenvolvimento educacional, profissional e cultural.

O trecho do depoimento feito pela ex-governadora do Estado do Pará, Ana Julia Carepa, dá sua opinião em relação ao desativamento: “Boa noite, eu sou Ana Júlia Carepa ex-governadora, estou falando sobre uma política extremamente negativa que foi o abandono dos Infocentros” tal resposta da ex-governadora é resultado de um processo de descontinuidade de política pública que estavam, no período de sua gestão, em plena ascensão, através dos dados apresentados no relatório.

Em contraponto, destacando ainda a desativação dos Infocentros, teremos a fala do secretário de Estado de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia, R. C. A., também dirigente comunitário, então presente para a entrevista na associação Comunitária Santa Pereira, localizado no Bairro do Guamá, mais precisamente numa invasão chamada de Pantanal. Em seu panorama o secretário justificou a importância da parceria entre a SEDECT e suas entidades: “Uma forma de apoio as comunidades através do suporte do Estado trazendo informação criando uma nova visão de cidadania as pessoas com pouco, ou nenhum, acesso à tecnologia”.

Situa-se no testemunho do dirigente comunitário a importância do Estado na construção da cidadania, principalmente em área com pouca presença, ou nenhuma política pública implantada na comunidade. É possível visualizar o atual, e futuro, retrocesso com relação a qualificação dos jovens, pois tal política publica fornecia meios para o desenvolvimento desses jovens.

Vejamos na passagem do livro de Paulo Freire denominado Pedagogia da Esperança: “Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (1996, 58). Entre a denúncia do presente e um futuro a ser criado fica um “vazio” fortemente marcante na política

neoliberal com uma política privatizante, ou seja, um desmonte de políticas públicas e sendo “preenchida” por mais desigualdade social já existente em nossa sociedade capitalista, uma verdadeira desapropriação para juventude.

A simbiose entre o papel do Estado e a sociedade organizada pactuada para aplicação de uma política pública no sentido de proporcionar inclusão social. Pontuando essa questão, temos na associação dos moradores da Radional II, localizado no Bairro dos jurunas, um dos bairros mais populoso de Belém, da qual na época da implantação do Infocentro na dependência de sua sede, era dirigida pela presidenta Joana darc santos de Souza.

Em entrevista, a informante J. D. destacou o fim do Infocentro de forma bem curta, vejamos: “Um retrocesso social, econômico e político”. A presidenta J. D assentou sua ideia de forma holística, pois avançou para o aspecto político, fortalecendo a entidade representativa da comunidade, fortalecendo o sentido da coletividade na perspectiva de uma sociedade justa e democrática, na qual as pessoas e os grupos sociais sejam protagonistas por meio da reflexão, da dialogo, da criatividade e autonomia dos entes no desenvolvimento de um futuro melhor.

Todavia, é fortemente visível a preponderância da economia capitalista sob forma neoliberal, tendo como ênfase a doutrinação do mercado, da livre iniciativa e do Estado mínimo. A sociedade penetra cada vez mais a natureza individualistas, privatistas e consumistas, tornando cada vez mais difícil a igualdade social na contemporaneidade.

CAPÍTULO 3.2 – AS AUDIENCIAS PÚBLICOS: INFOCENTROS POR QUE NÃO ESTÃO FUNCIONANDO?

IMAGEM 08: UM INFOCENTRO COM PORTAS FECHADAS

Fonte: Arquivo do Instituto Filomena Lopes

No dia 12 de abril de 2012, no auditório João Batista, localizado nas dependências da Assembleia legislativa do Estado do Pará (ALEPA), o ex-deputado Estadual Edilson Moura (PT) promoveu a audiência pública, com o tema: “Infocentros, por que não estão funcionando?”. Como podemos ver em um dos panfletos usados na época:

IMAGEM 09: PANFLETO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA INFOCENTROS



Fonte: Pesquisa documental em 2020

A construção da audiência pública se deu dentro de dois contextos conjunturais. O primeiro contexto foi o de mudança de governo, e o segundo contexto, foi a da inexistência de informações sobre a continuidade das políticas públicas por parte do novo governador Simão Jatene (PSDB), e em especial sobre o Navegapará.

A justificativa feita pelo deputado Estadual Edilson Moura (PT) está no texto do seu próprio Boletim: “preocupado com o fim dos infocentros no Pará, o deputado Edilson Moura realizou em abril, audiência pública para debater o descaso do atual governo com o programa Navegapará. “Presenciei a implantação dos infocentros, pelo governo do PT, em várias localidades do Pará. O programa mudou pra melhor a vida de muita gente, e não pode ser deixado de lado” criticou o deputado. (Boletim informativo de prestação de conta do ano de 2012, ano III número 01- mês de Janeiro)

Utilizando o texto do próprio ex-Deputado Edilson Moura (PT), deparamos com dois momentos bem visíveis. O primeiro foi um processo de abandono dos Infocentros por parte do governo Estadual (na perspectiva do seu fim) e que, portanto, seria necessária uma reação contrária a esse movimento de desmonte. Segundo aspecto relevante que podemos extrair deste texto se refere a importância dos Infocentros para as comunidades

na qual era implementado o programa. De fato, o deputado reforçou que houberam mudanças na vida das pessoas através das políticas públicas.

O “silêncio” da atual secretaria (em abril de 2012) a que se referiu o texto de Edson Moura, reuniu um conjunto de lideranças comunitárias nas quais eram beneficiadas com a implantação do Infocentros nas suas entidades. Que tentaram estabelecer um contato com o governo através da SEDECT, porém não obtiveram nenhuma resposta pelas autoridades responsáveis: “Não tínhamos nem um sinal de como iria ficar a situação dos Infocentros no Estado Pará, portando a desconfiança era enorme com atual governo” afirmou a liderança comunitária D. F., Presidente da associação dos moradores Jardim Europa.

Isso nos leva refletir sobre eficácia da política pública que muitas vezes são baseadas somente no ponto de vista ideológico, de maneira unilateral e pautada em critérios como discriminação social desconsiderando qualquer outro aspecto e muito menos valorizar outro espaço de decisão e dialogo.

O conflito e a pressão precisam ser eliminados mais rápido possível e que as decisões sejam feitas em quatro paredes pelos burocratas do momento e que suas decisões não sejam questionadas por aqueles que serão prejudicados.

Em consonância com o regimento interno da ALEPA, as entidades da sociedade civil juntamente com a parceria do deputado estadual Edilson Moura (PT), convocaram uma Audiência pública para discutir e encaminhar a temática dos Infocentros, pois ambos acreditavam que se tratava de um assunto de interesse público relevante, pois não só no pela sua abrangência territorial com também pelo seu aspecto social, econômico e político que o projeto Infocentros proporcionava para as comunidades. Essa relação estabelecida entre o poder legislativo e os MS estruturou todo um caminho que se desenvolveu até a realização da Audiência Pública.

Corroborando essa ideia de interesse público temos como referência o regimento interno da ALEPA, cada comissão poderá realizar reunião da audiência pública com entidades da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse públicos relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante requerimento de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada. (Assembleia Legislativa do Estado do Pará Regimento Interno, das reuniões de comissões, seção VI, art. 60. Publicado no caderno especial do diário oficial do Estado n27.889 de 25 de janeiro de 1995 - Revisto e atualizado até janeiro de 2019.).

As audiências públicas são instrumentos dos mais comuns de participação, a clássica de audiências públicas baseia-se na oitiva de cidadãos, representantes de grupos de interesse, especialistas e autoridades em sessão pública, seja em órgãos colegiados específicos, como comissões parlamentares temáticas, seja em âmbitos mais gerais nos plenários das casas legislativas.

Os principais objetivos dessa prática são os esclarecimentos técnicos sobre os determinados pontos de uma proposição legislativa e o conhecimento da opinião da sociedade organizada sobre questão de importância legislativa (FARIA E VALLE, 2006; p.11). Do ponto de vista da fiscalização e controle, as audiências públicas com ministros de Estado e outras autoridades oferecem possibilidades de questionamentos e cobrança por parte dos parlamentares a respeito de informações e ações em andamento no Poder executivo

A reflexão sobre o assunto dos Infocentros para o conjunto das entidades dos movimentos sociais tornou-se uma temática estratégica, pois na medida que foi ampliando o projeto dos Infocentros na periferia da qual permitiu e o desenvolvimento de uma rede, como ressaltamos no capítulo anterior não tinha uma estrutura formal, era para o ensino, solidariedade e acima disso consciência da importância desse instrumento tecnológico para vida das pessoas, e nesse aspecto teve concordância entre a bancada do PT e as entidades comunitária, sindicatos e igrejas, em articular e organizar a audiência pública para ouvir a versão do governo bem como evitar o processo de desmantelamento.

Situa-se na fala inicial do presidente da mesa ex-Deputado estadual Edilson Moura (PT) ressaltou a iniciativa das entidades em provocar o parlamento para importância do tema relevante para sociedade e ao mesmo tempo a necessidade de aprovar resoluções que pudessem contemplar os interesses dos segmentos presentes, bem como o interesse maior da população e solicitou que o governo sinalize com resposta imediata para os assuntos aqui debatidos.

Em novo depoimento o ex-deputado Estadual Edilson Moura destacou a falta de diálogo e transparência que pautou durante todo início o governo Simão Jatene na sua relação com a sociedade civil organizada como demonstrou:

Quando o governo Simão Jatene assumiu sumariamente eles acabaram, deixaram de pagar as energias, não fizeram a renovação dos equipamentos e não deram nenhuma satisfação as associações, as ruas e os lugares onde esses infocentros estavam instalados

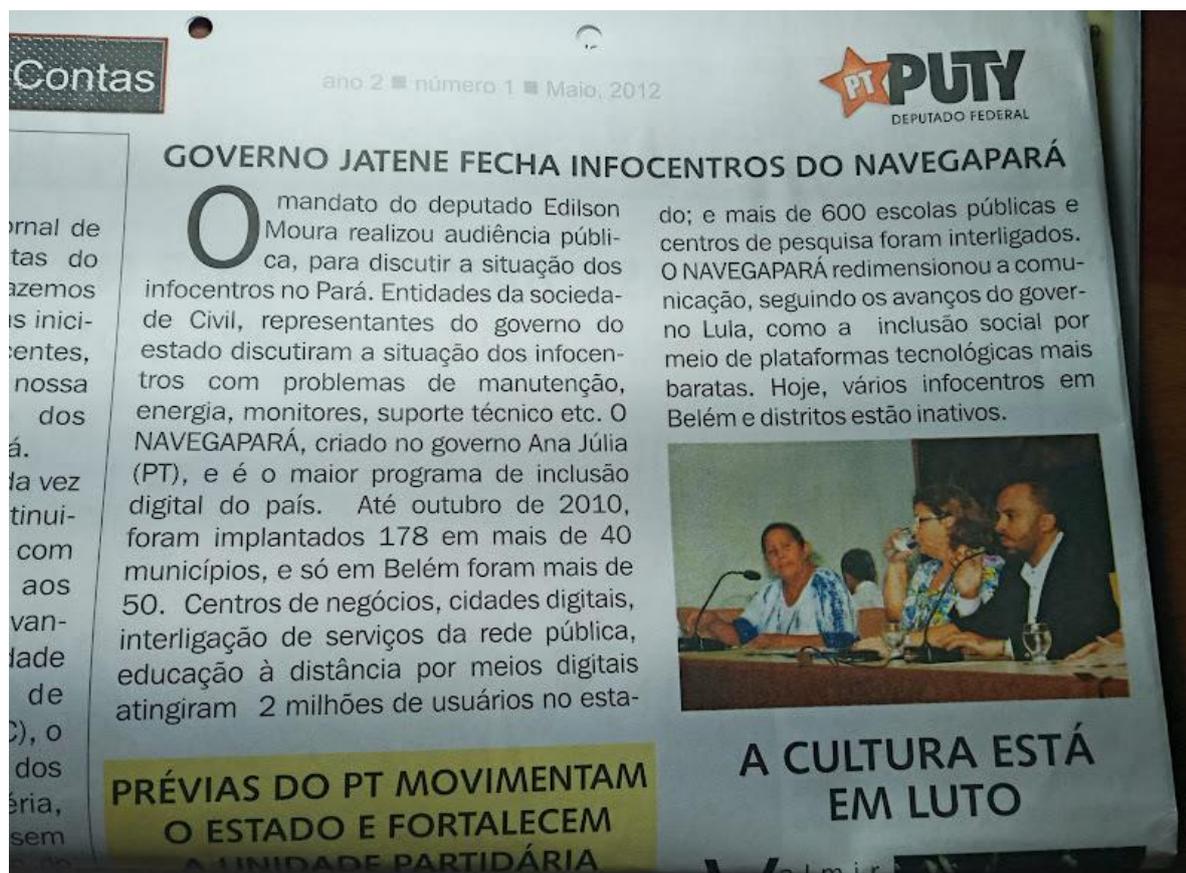
Em outro trecho do seu depoimento o ex-deputado do PT deixou claro que a reivindicação da manutenção e sustentação dos Infocentros como uma política pública tão importante como é o caso do Navegapará que permitia aos pobres ter acesso a uma formação e uma internet de qualidade.

Eu lembro que fiz uma audiência pública lá na Assembleia legislativa então como deputado, e nessa audiência eu cobrava do governo do Estado, e principalmente do secretário, que na época era Alex Fiuza, para que a pessoa tivesse acesso a internet gratuita e tivesse acesso aos computadores

Em palavras simples a sociedade pode participar do sistema político de pelos menos de três maneiras fundamentais: eleger seus representantes políticos, acompanhar seus trabalhos representativos e manifestar constantemente seus interesses. Deve haver, portanto, conexão contínua entre representante e representado. Essa forma de relação mais estável entre sociedade e parlamento demanda, por outro lado, postura ativa da sociedade ativa nesse processo (PITKIN, 1976, p.232)

No jornal de prestação de conta do deputado federal Puty (PT) da qual faz referência da audiência pública com a seguinte manchete “Governo Jatene fecha Infocentros do Navegapará” continua relatando: “O mandato do ex-deputado Edilson realizou audiência pública, para discutir a situação dos Infocentros no Pará. Entidades da sociedade civil, representantes do governo do estado discutiram a situação dos Infocentros com problemas de manutenção, energia, monitores, suporte técnicos etc. E conclui: “Hoje, vários Infocentros em Belém e distritos estão inativos”, conforme se observa na imagem.

IMAGEM 10: REPORTAM SOBRE FECHAMENTO INFOCENTROS DO NAVEGAPARÀ



Fonte: Pesquisa documental em 2020.

No ponto de vista político houve a repercussão da ausência do secretário Estadual Alex Fiuza (SEDECT) que acabou estabelecendo uma desconfiança na plenária por achar que pela ausência da autoridade do mesmo a resolutividade política não podia acontecer naquele momento.

A desconfiança era saber até onde a representante do governo tinha o poder de decisão ou pelo menos trouxe uma resposta oficial do governo, ou seja, tinha a “fala” do governo, capaz de negociar o conflito estabelecido e estabelecer respostas às perguntas e indagações dos ativistas dos movimentos sociais e acima de tudo a manutenção de uma grande política pública de inclusão social.

Antes da abertura para os pronunciamentos da plateia houve a leitura do “Manifesto Popular” que coube a conselheira do clube de mães do sideral S. F. a mesma fez uma ressalva da preocupação sobre a ausência da pasta na audiência pública da

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia Alex Fiuza, na declaração do conselheiro R. B.:

É na SEDECT de onde está passando toda decisão em torno do debate sobre o futuro dos infocentros, e que infelizmente até nesse momento não propiciou nenhum diálogo com os Movimentos sociais sobre o assunto e no dia de hoje tivemos a ausência do secretário nessa Audiência Pública tornou-se mais preocupante.

Nesse contexto a Conselheira S; F. afirmou:

E importante frisar que todo o processo de construção da audiência pública sobre a defesa da manutenção de uma política pública fundamental para o futuro sociedade, principalmente da juventude e com essa preocupação a falta do secretário Alex Ficamos com uma desconfiança enorme em relação a futura decisão do governo em relação ao funcionamento dos infocentros.

Prosseguindo o andamento da audiência pública o ex-Deputado Estadual Edilson Moura autorizou a leitura do Manifesto popular: “Depois da montagem da mesa, o deputado estadual como presidente da audiência fez uma consulta a mesa e a própria plenária da audiência que iríamos iniciar pela leitura do manifesto popular”. Afirmou a conselheira do Infocentros S.F.

É portanto, um documento de ideias, representação com teor explicativo dar importância do Infocentros que representa para comunidade no seu aspecto social, econômico e político. Vale ressaltar a seguinte ideia a grande quantidade de serviços de utilidade pública que esse projeto proporciona aos moradores/usuários é de fundamental pois, hoje não se vê, mas o estado do Pará sem o maior projeto de inclusão digital da América Latina.

Na Escuta da representação da secretária de Estado de desenvolvimento ciência e tecnologia (SEDECT), Mônica Caetano ressaltou dois aspectos importantes no seu pronunciamento:

O primeiro aspecto foi ressaltar a importância do projeto Navegapará e particularmente dos Infocentros que está sendo implantado em todas regiões do Estado, contribuindo para o desenvolvimento científico e social do Estado do Pará e da sociedade paraense e que a secretaria acha fundamental dar continuidade.

No entanto outro momento relevante do seu discurso que se destacou foi a ressalva da dificuldade financeira que o governo Estadual vinha enfrentando naquele momento

em arcar com os altos custos referente ao pagamento de energia dos Infocentros e na ocasião sugeriu que as direções dos Infocentros pudesse procurar novos parceiros que arcasse com o custo do pagamento de energias, pois não tinha como mantém um projeto deste porte e que naquele momento o governo precisava fazer cortes no orçamento. Conforme atesta o dirigente D. F.:

Mesmo não dando uma resposta oficial de como ficará o futuro do funcionamento dos infocentros, acreditamos que ela (Mônica Caetano) deu o recado para nós comunitários que defende a continuidade dos infocentros, que em breve não haverá apoio ao projeto Navegapará e especialmente o infocentros e conseqüentemente será o fim dos infocentros.

Em outro depoimento a conselheira do Infocentro do clube de mães Jardim Sideral S. F. fez seguinte atribuição ao analisar a falar da representante do governo na audiência pública. O depoimento da representante do Infocentro do conjunto habitacional Jardim Servilha A. C. A. M. reforça as afirmações da conselheira S.F.

A dirigente e representante do governo entrou na contradição ao falar da importância do Navegapará para a sociedade e ao mesmo tempo falou que não tem dinheiro para custear o mesmo. Parece que o pobre que mora na periferia não pode usufruir de uma política pública de boa qualidade como e o exemplo da implantação dos infocentros nas comunidades.

Deli (2020; p. 20) nos ajuda a compreender o descaso do governo diante da política de inclusão digital Navegapará, ao usar o termo aporafobia:

De todo modo, não é dessas atitudes de rejeição que queremos nos ocupar neste livro , mas dessa aversão que se encontra na raiz ainda mais longe: a aporofobia(?), o desprezo pelo pobre, o rechaço a quem não pode entregar nada em troca, ou, ao menos, parece não poder. E por isso é excluído.

O problema não é a raça e etnia e nem mesmo estrangeiro. O problema é a pobreza. O mais impressionante nesse caso é que há muitos racistas e xenófobos, mas quase todos são aporófobos (DELI, 2020; p. 28). Na seguinte fala pode-se perceber uma questão relacionada aporofobia: “O acesso a internet com qualidade é um direito a população carente, que sempre ficou fora dos projetos importantes como esse, parece que atual governo não gosta de pobre” afirmou o sr. D. F. presidente da associação dos moradores jardim Europa. A utilidade do referido projeto para comunidade se dá de várias formas:

inscrição para concurso, serviços como fazer currículo, trabalhos escolares, participar de cursos e sem falar dos cursos oficiais do Navegapará. O sr. D. F continua:

Bater um papo, marcar um encontro, fazer uma reunião, assistir uma palestra, articular um movimento, fazer um trabalho escolar, trocar experiência, ver vídeos escolares e uma afinidade de outras ações que antes eram realizados presencialmente, agora podem ser mediadas através da internet. A antiga praça na qual nos movimentamos cede lugar aos novos espaços on-line e os jovens já estão imersos nesse ambiente desde cedo e o espaço do infocentro acaba sendo um bom lugar para encontro.

Nesta mesma linha a conselheira do Infocentro jardim Sevilha A. C. A. M.: “Mesmo que seja um custo financeiro sejam elevados para implantação de um Infocentro na comunidade de uma periferia, o pobre merece coisa boa e de qualidade, não podemos serem excluído mais uma outra vez”.

A ação do resultante do debate que destacou-se durante a audiência pública foi a dimensão da falta de transparência por parte do governo e pela falta de um processo avaliativo direcionado a importância dos Infocentros para comunidade, esse processo nunca foi apresentado pelo governo que pudesse balizar a análise de sua viabilidade dos Infocentros em todos seus aspectos econômicos, sociais e políticos nesse raciocínio destaca-se que sem nenhuma avaliação do papel do Estado na política de inclusão digital que pudesse alargar o desenvolvimento na perspectiva de incorporar todos segmentos, o resultado além de prejudicial, foi também aquém do esperado.

É importante salientar que as audiências públicas representam espaços de debates e de discussões, constituindo esferas públicas, em que é possível discutir temas de interesse geral como as políticas públicas de inclusão digital e no caso específico em questão o fim dos Infocentros. E de acordo com Habermas (1989:45) a construção da esfera pública ocorre quando acontece a compreensão reflexiva envolvendo a linguagem na construção de acordos para regular e construir entendimentos como parte das ações sociais.

A proposta de argumentação presente na esfera pública de acordo com Habermas (1989: 45) significa de um espaço para a interação face-a-face distinto do Estado, que reúne sujeitos livres para debater questões e decisões do poder político e apresentar demandas em relação ao Estado.

Contudo, no caso específico da audiência pública promovida pelo ex- deputado petista Edilson Moura, não houve a construção de uma consenso através de uma

entendimento intersubjetivo com interpretação recíproca, pois as condições ideais de fala não foram respeitadas, considerando que as condições ideais de fala são:

04 condições: (ideal de fala)

1) Todos os participantes potenciais em um discurso devem ter igual oportunidade de empregar atos de fala comunicativos, de modo que a qualquer momento possam tanto iniciar um discurso, como perpetuá-lo mediante intervenções e réplicas, perguntas e respostas.

2) Todos os participantes no discurso devem ter igual oportunidade de formular interpretações, afirmações e recordações, dar explicações e justificativas, e de problematizar, fundamentar ou refutar sua pretensão de validade, de modo que nenhum prejulgamento se subtraia a longo prazo da tematização e da crítica.

3) Todos os participantes devem ter oportunidades iguais de empregar atos de fala representativos: expressar suas posições, sentimentos e desejos.

4) Para o discurso só se admitem falantes que, como agentes, tenham a mesma oportunidade de empregar atos de fala reguladores, isto é, de mandar e opor-se, de permitir e proibir, de fazer e retirar promessas, de prestar e pedir contas.

Situação Ideal de Fala: Ela é caracterizada por quatro condições: esfera pública, distribuição equitativa dos direitos de comunicação, não violência e autenticidade. (REESE-SCHAFFER, 2001: 24)

A construção do consenso não aconteceu pela falta da autenticidade, pois o entendimento só é possível se cada ser humano estiver aberto para ouvir e entender o outro, sendo honesto e verdadeiro na discussão, no entanto, e os representantes do governo não estavam abertos à negociação e nem ao diálogo, pois vieram para audiências de maneira não transparente e não jogando limpo, além do fato de fato do governo Jatene já ter uma decisão definitiva: fechamento dos Infocentros

É importante ressaltar que os Infocentros através de uma intervenção social propiciou à população carente um programa de qualidade, uma política de inclusão digital de qualidade. O objetivo dos movimentos sociais é buscar compreender porque uma política tão importante está sendo sucateada? Talvez para o novo governo (PSDB) uma política de grande dimensão social, econômica não pode ser usufruída pela camada pobre, talvez revelando os discursos encobertos pelo discurso oficial do governo com argumentos superficiais.

Nesse caminho de raciocínio o depoimento do conselheiro do Infocentro Baía do Sol, o sr. L. S. S destaca: “Infelizmente o governo atual desta sua posse até o dia de hoje (audiência pública) não apresentou nenhuma avaliação do desempenho do papel do Infocentros, se negativo ou positivo para que nós da comunidade pudéssemos dar um parecer, mas real da situação do mesmo”.

O processo avaliativo dentro da lógica de implementação das políticas públicas torna-se uma peça fundamental e decisiva para tomada de decisão de qualquer governo para realizar ajustes, mudanças ou simplesmente acabar com aquela política pública.

Portanto governo vêm apontando um caminho contrário sem nenhuma avaliação “Não basta o governo realizar um processo avaliativo interno de uma política pública para sua tomada de decisão é necessário um debate aberto, transparente com toda a comunidade que usufruir um importante projeto social” como afirmou o conselheiro do infocentro do clube de mães da baía do sol, Lucinildo silva da silva.

Explicar as diferenças entre os vieses metodológicos de gestores, avaliadores e analistas de política supõe o entendimento, na ordem inversa, da distinção que só pode ser percebida no âmbito do enfoque da análise de políticas públicas em seu todo processo, constituído pelos momentos de formulação, implementação e avaliação. (COSTA, DAGNINO, 2013, p. 358).

Em outro parte do depoimento do conselheiro L. S. S: “É preciso conhecer as bases teóricas e informações que o governo possui e não excluir a possibilidade do diálogo com a comunidade que usufruir do projeto Navegapará.” A falta de transparência por parte do governo sobre o debate ocasiona desvios da trajetória pensada para aquela política pública, portanto o processo avaliativo foi ênfase do pronunciamento de outro conselheiro.

Já a conselheira S. F. da S. afirmou como foi o andamento da audiência e a suas repercussões: “Na audiência aconteceu muito debates e muito demorado, várias entidades, várias lideranças puderam expor a sua opinião e acima de tudo, puderam questionar o atual governo (Jatene) e a sua administração sobre a questão do Infocentro”. Desse modo, a temática que se destacou foi a palavra controle social nos pronunciamentos e nas entrevistas feitas sobre a audiência pública.

A gestão participativa permeou e sendo um dos pontos que norteou a concepção do projeto através dos conselhos gestores eleitos em assembleia nas comunidades são os responsáveis pela gestão e funcionamento dos Infocentros. Eles são acompanhados para efeito de orientação e manutenção pelo Estado. (RELATÓRIO NAVEGAPARÁ, 2010.pag. 05).

Ainda no relatório divulgado pela SEDECT relata o papel e sua forma de organização em relação com as comunidades organizadas que possuíam infocentros.

O governo do Estado do Pará vai fornecer as ferramentas, como equipamentos, monitores treinados e material, mas quem vai cuidar dos infocentros é a população. Autogestão, pingoinfo! As próprias comunidades, de forma organizada, vão manter os infocentros funcionamento e em perfeito estado de uso. (Navegapará – infocentro 2010, pag.06)

Com a efetivação dos conselhos gestores dos Infocentros trouxe para si uma forma compartilhada e garantia de participação e deliberação nos novos espaços democráticos em nível local transformando a sociedade, possibilitando construir caminhos e dar sentido ao processo de inclusão social.

O conselho gestores dos Infocentros têm prerrogativa de formular estratégias e no controle da execução da política de inclusão digital em todos seus aspectos. Dessa maneira mapeamos o cronograma de atividades desenvolvidas na época:

TABELA 03: CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO INFOCENTRO NO ANO 2019

Data	Atividade
25 de janeiro de 2009	I Encontro de conselhos gestores e monitores dos infocentros do Estado do Pará. objetivando capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento dos infocentros e do Sistema VIDA.
18 de fevereiro de 2009	I Encontro de Conselhos e Monitores de Santarém. objetivando capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento dos infocentros e do sistema VIDA.
14 a 17 de abril de 2009	I Encontro de Conselhos gestores e monitores dos infocentros de Marabá. objetivando orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato
31 de outubro de 2009	I Encontro de Conselhos Gestores e monitores dos infocentros POLO Altamira. objetivando orientar e acompanhar a montagem dos infocentros, reunir capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato.

16 de outubro de 2009	I Encontro de Conselhos gestores e Monitores dos infocentros do Polo Tucuruí (jacundá, Tailândia e Pacajá). objetivando orientar e acompanhar a montagem dos infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato.
21 de novembro de 2009	I Encontro de Conselhos Gestores e Monitores dos infocentros do Polo Itaituba e Uruará. objetivando orientar e acompanhar a montagem dos infocentros, reunir, capacitar e orientar os conselhos gestores para o funcionamento imediato.

Fonte: Pesquisa documental em 2020.

Outro ponto que chamou atenção recai na repercussão também no jornal de prestação de contas de Edilson Moura, então deputado Estadual, na seguinte imagem e análise pode-se notar mais contribuições a referente questão:

IMAGEM 11: JORNAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EDILSON MOURA



Fonte: Pesquisa documental em 2020.

Ouvidos todos os pronunciamentos da tribuna por parte das lideranças comunitárias dos Infocentros bem como os membros da composição da mesa, o presidente da mesa entendeu que tinham quatro encaminhamentos captado dos oradores durante a audiência pública e depois o presidente da mesa deputado Edilson Moura (PT) onde leu as propostas individualmente e colocou as propostas em blocos para análise e votação da plenária presente.

Ainda sobre as entrevistas realizadas, temos a seguinte fala de S. F. da S. conselheira gestor do Infocentro clube de mães:

Foi uma votação unânime por parte da plenária aprovando as quatro propostas apresentada pelo presidente da mesa, propostas essas oriunda da liderança presente, assim finalizamos a audiência pública com bons encaminhamentos no ponto de vista político, sem falar do apoio de setores dos deputados estaduais da ALEPA.

Na mesma direção do raciocínio:

Foi um dia importante para nós dos movimentos sociais ao estabelecer junto a representante do governo nossa diferença ideológica sobre a concepção de política pública e as suas prioridades. (A. C.A.M. conselheira da Associação dos moradores conjunto Jardim Sevilha)

Proveniente de fontes orais na maioria dos conselheiros e conselheiras das entidades sociais que tinham instalação de Infocentros na suas dependências contribuíram decisivamente para obter resultado final (as propostas aprovadas na Plenária). O primeiro encaminhamento aprovado em comum acordo entre a plenária e a mesa diretora da audiência pública foi procurar estabelecer contato com o secretário Alex Fiuza e combinar uma reunião com a presença da comissão de representantes dos Infocentros e com a presença da comissão de deputados estaduais da época Edilson Moura (PT) e Alfredo costa (PT), com intuito de tratar do assunto: “o Fim dos Infocentros” com atual governo e procura uma solução que possibilite a continuidade do projeto de inclusão digital.

Vincula-se a ideia que o executivo estadual deve proporcionar canal de diálogo que pudesse superar os obstáculos, na medida que o mesmo representante do governo não ter garantido a permanência do funcionamento dos Infocentros durante a audiência pública, assim a necessidade da reunião com secretário e de extrema importância para o conjunto das entidades que possuem uma política de inclusão digital na sua comunidade pois seus efeitos serão analisados no futuro.

No debate sobre a transparência surgiu a necessidade de o governo apresenta os dados referente a implantação dos Infocentros no Estado do Pará, quantos Infocentros têm atualmente implantados, quantos em fase de implantação? Durante todos esses anos quantos alunos participaram do curso oferecido pelo Infocentro? Como estão os acordos com o Basa e o Banpará, e outras informações adicionais importante para o debate e tomada de decisões.

O segundo encaminhamento foi que comissão de direitos humanos da ALEPA através de um ofício provoque o governo do Estado para que apresente na reunião com a presença da comissão dos representantes dos Infocentros e da comissão dos deputados um relatório que contenha uma avaliação do papel dos Infocentros na atualidade, levando em conta o projeto de formulação inicial, seu propósito, quantos Infocentros tem

atualmente e quantas pessoas já participaram do projeto em suas mais variadas formas, ainda o custo total do valor do pagamentos de energia dos Infocentros.

A ideia da terceira proposta e força o atual governo a ter uma avaliação dos Infocentros não somente no aspecto financeiro (quanto custa para o cofre do governo) mais também levar em consideração toda uma dimensão social que o projeto já desenvolver na atualidade da qual abrange na vida das comunidades, principalmente nas mais carentes, esse olhar mais social precisa-se incorporado no momento de qualquer decisão governamental, caso contrário a lógica do capital prevalece os interesses da sociedade.

O terceiro encaminhamentos foi a solicitação que o governo Estadual apresente uma proposta completa em âmbito regional de manutenção e funcionamento dos Infocentros levando em conta o valioso trabalho social que vem fazendo na sociedade não só na região metropolitana como em todo Estado.

Durante toda audiência pública foi debatido pelos conjuntos das lideranças dos movimentos sociais que se fez presente lembraram que o manifesto que foi elaborado coletivamente da qual foi entregue para o governo e da qual até o presente teve nenhuma resposta, e agora entregue oficialmente numa audiência pública mediada pelo um outro poder político, O MS desta vez espera uma resposta ao mesmo.

O quarto encaminhado pela mesa diretora foi solicitar oficialmente a representante do governo Estadual a Senhora Mônica Caetano que apresente o manifesto popular junto ao Secretário de Estado de Desenvolvimento ciência e tecnologia Alex Fiúza e fortalecer os argumentos que consta no manifesto da sua importância dos Infocentros principalmente para as comunidades mais pobres não só para o presente como para as futuras gerações que irão necessitar dessa política pública. Os desdobramentos e encaminhamentos da audiência pública trouxe consigo um diagnóstico do papel do programa do Navegapará e a sua importância na fala das lideranças.

3.3 - INFOCENTROS: CRISE E FIM E REPERCUSSÃO NA VOZ DA COMUNIDADE

O presente tópico abordará a problemática envolvendo o fim dos Infocentros. Salientando que entre os inúmeros debates, encontros, relatos e audiência pública sobre a temática inclusão digital e, especialmente o futuro dos Infocentros, destaca-se a reunião

que aconteceu no dia 17 de abril de 2012, cinco dias depois da audiência pública, da qual, desta vez, se realizou-se na sede da SEDECT (Secretaria do desenvolvimento, ciência e tecnologias) com a presença do então secretário estadual Alex Fiuza e a comissão de líderes e entidades dos Movimentos sociais com acepção de discutir e deliberar o futuro dos Infocentros.

Situa-se a importância dessa reunião para os Movimentos Sociais que tinham na sua pauta a manutenção dos Infocentros como uma política pública de inclusão social, com relevância e indispensável para comunidade já atendida e com a perspectiva de sua ampliação, ressalta-se que essa reunião foi deliberado na audiência pública aqui já registrada nesse trabalho , tendo como avalista e acordado naquele momento com a representante da secretaria (SEDECT) Monica Caetano e mediado com os Deputados estaduais presentes na Audiência pública..

A reflexão foi feita pelo conselheiro D, F. do Infocentro da associação dos moradores Jardim Europa, da qual relatou os bastidores da referida reunião que nos da uma noção do debate que ocorreu com a presença do secretário Estadual. Vejamos que conselheiro afirmou:

A reunião com secretario Alex Fiuza foi polêmico e triste ao mesmo tempo no decorre do debate, pois o mesmo declarou a importância dos infocentros para comunidade como um todo, e do outra lado da “moeda” declarou publicamente que, a instituição não mais pagaria a conta de luz dos infocentros, justificando que o governo não tinha mais recurso financeiro para arcar com as contas de luz dos infocentros, pois estavam muito elevados e ainda nos aconselhou de que devíamos ir atrás de parceiros na iniciativa privada para que o mesmo pudesse pagar nossa energia.

Nesse momento simbolizou para os setores da comunidade que o governo oficializou sua posição de não pagar mais a conta de energia dos Infocentros em uma demonstração de que era necessário conseguir através das empresas de iniciativa privada, essa parceria para arcar com os custos futuros, o que nos relatos recolhidos não aconteceu em nenhum Infocentros implantados”. Em outro exemplo, Archon FUNG e Erik OLIN wright (2003) identificam também como ações de grupos de interesse conseguem alocar recursos do Estado a favor de suas causas particularistas em detrimento dos interesses públicos.” (FARIA, 2012, p.33).

Nesse contexto o Brasil ainda apresenta uma grande lacuna social na universalidade dos direitos sociais no que reflete a falta de acesso para diversas camadas da sociedade e principalmente quando refere-se no aspecto da desigualdade regionais,

que historicamente o norte e o nordeste foram tratadas como fornecedoras de matéria prima e de mão de obra barata para as regiões do Sudeste e Sul do Brasil.

A outra manifestação importante a se ressaltar da reunião com secretário Alex Fiuza foi descrita pela conselheira S. F. do Infocentro clube de Mães localizado no Jardim Sideral da qual afirmou:

A reunião com secretário para nós foi considerado o dia “D” sobre o futuro dos infocentros, pois foi a primeira vez que ouvimos da sua “boca” uma posição oficial do governo de como ficara a situação e o futuro dos infocentros. Porquanto, a crise já estava instalada na relação entre o Movimento Sociais e o governo, pois até aquele dia não tínhamos nenhum diálogo com o governo e ainda tínhamos a certeza que o interesse do governo era acabar com os infocentros.

De acordo com o circular abaixo Expedito pela SECTET atesta o depoimento na medida que solicita a substituição da UC (Unidade consumidora) da SECTET pela das entidades, ficando a cargo a partir daquele momento o pagamento da energia elétrica feita pela comunidade, sendo sua previsão do futuro, na qual o governo confirma que não mais pagará a energia dos Infocentros que, fica claro para conselheira, seria o fim dos Infocentros.

Acessando os documentos obtidos do arquivo da associação dos moradores Jardim Europa, da qual tivemos acesso um circular encaminhado pelo Governo do Estado do Para através da Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Educação técnica e Tecnológica. Registramos o seguinte teor (parte da circular) abaixo descrito:

Na circular n 016/2015- GTDS/GS/SECTEC, datado do dia 25 de agosto, 2015, escopo reforça o fim do pagamento de energia dos Infocentros, cujo solicitando a troca do CNPJ da SECTET pela dar entidade.

Na oportunidade, informamos que a UC da sua entidade e 2487225 e está cadastrada no CNPJ n 08.978.226/0001-73 da SECTET. Para fazer troca de CNPJ, a entidade deve solicitar, a via ofício, a SECTET a autorização de mudança do responsável da UC. A autorização da SECTET deverá ser usada junto a CELPA. Reforçamos que o pagamento da energia elétrica será efetuado pela Secretaria até o mês de referência Setembro/2015

IMAGEM 12:OFICIO N.016-2015 SECTET

1 de 1


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica

Ofício Circular nº 016/2015–CTD/S/GS/SECTET Belém, 25 de agosto de 2015.

Ao INFOCENTRO
Conjunto Jardim Europa
Conj. Jardim Europa, Alameda Inglaterra, s/n. Bairro: Coqueiro. CEP: 66053-040
Belém - PA

Prezado(a) Senhor(a),

Ao cumprimentá-lo, ressaltamos a **urgência** da resposta dessa Entidade ao Ofício Circular nº 013/2015, de 28/06/2015. O INFOCENTRO deve solicitar, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data deste ofício, a **doação de todos os bens móveis** (equipamentos de informática e mobiliário), cedidos pelo Programa, via ofício encaminhado à SECTET.

Na oportunidade, informamos que a UC da sua entidade é 2487225 e está cadastrada no CNPJ nº 08.978.226/0001-73 da SECTET. Para fazer a troca de CNPJ, a entidade deve solicitar, via ofício, à SECTET a autorização de mudança do responsável da UC. A autorização da SECTET deverá ser usada junto à CELPA. Reforçamos que o **pagamento da energia elétrica será efetuado pela Secretaria até o mês de referência SETEMBRO/2015.**

Os INFOCENTROS que não responderem no prazo citado acima, e que estiverem sem acordo vigente, terão que devolver os bens móveis cedidos.

Para demais esclarecimentos, disponibilizamos os contatos da Coordenação de Gestão do Programa NAVEGAPARÁ, por meio dos telefones (91) 4009-2504/4009-2552 e pelo e-mail navegapara@sectet.pa.gov.br.

Atenciosamente,


ALEX FIÚZA DE MELLO
Secretário de Estado

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – SECTET
Avenida Presidente Vargas, nº 1.020 – Bairro Centro – CEP 66.017-000
Tel.: (91) 4009-2500 E-mail: sectet@sectet.pa.gov.br Site: www.sectet.pa.gov.br

Fonte: Pesquisa documental em 2020.

Em outro registro da situação dos Infocentros foi feita pela conselheira do Infocentro da Associação Folclórica e cultural Colibri de Outeiro, L. A. A qual discorre sobre retirada dos monitores dos Infocentros que se tornou relevante, na medida que, sem monitores não tinha os cursos proposto pelo Infocentros e que ajudou efetivamente no processo de sucateamento dos Infocentros no decorrer do tempo. “É importante registrar que os Infocentros não tinham mais os monitores para dar aula de informática para nossos alunos da comunidade, uma tristeza geral para nós”. Segundo o depoimento, o governo conseguiu desagradar toda a comunidade, pois não deu nenhum passo rumo a solução, criando uma tensão política no seu posicionamento.

A tensão política entre a comunidade beneficiada por uma política pública e o governo proporcionou um enfretamento tanto no aspecto político, econômico e social, pois os ditames do projeto neoliberal restritivo e excludente estava sendo executado, ao invés de ampliar os direitos sociais para um contingente maior da população, o que realmente ficou vigente foi supremacia dos interesses do capital em detrimento da universalização dos direitos sociais.

O capitalismo financeiro passa a ser a fração dominante entre as frações do capital, posto que, agora, todas as frações dos proprietários, como do agronegócio, do comércio e da indústria, passam a ter sua fonte de ganho principal nos investimentos especulativos do capital financeiro. A dívida pública funciona como um gigantesco bombeamento de recursos da sociedade inteira para o bolso da classe dos sonegadores.

Esse 1% que tudo detém não é apenas dono das empresas, dos agronegócios, dos apartamentos das cidades, dos bancos e dos fundos de investimentos. Ele agora é o dono do orçamento do Estado. (SOUZA, 2017 p. 165)

O orçamento público entendido como instrumento de gestão do governante (PPA, LDO e LOA) que tem a iniciativa do planejamento da receita e da despesa, e no orçamento que estabelece as prioridades das políticas públicas, portanto acaba sendo um espaço de disputa de projetos de grupos, dos variados setores da sociedade que procuram levar seus interesses para dentro do orçamento.

Aliado ao Sistema de fiscalização on-line, o governo do Estado lançou um dos maiores projetos de inclusão digital e social do Brasil, o Navegapará. Esta iniciativa institucional deveria interligar por internet de alta velocidade, órgãos administrativos, viabilizando ações como tele-educação, tele negócios e inclusão digital.

O projeto agrega em sua estrutura dois eixos de inclusão: a digital e a social, garantindo acesso à informação e à educação, além do alinhamento da alíquota de ICMS para produtos de informática, reduzindo de 17% para 7%, conforme já se praticava na maioria das demais unidades federativas. Para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e tecnologia o Navegapará está dividido em cinco ações básicas.

A fala da Sra. L.A. é importante nesse contexto de inclusão digital

Olá amigo a repercussão da retirada do infocentro foi de muita tristeza, porque a comunidade aqui principalmente, o nosso infocentro era livre, internet era livre para comunidade, as pessoas vinham acessar, os alunos vinham, todas

escolas vinham pesquisa aqui, fazer trabalhos, nos disponibilizavam os equipamentos, os computadores pra isso, com a retirada, foi retirando aos poucos os computadores e outros foram ficando obsoletos com uso, mas a questão principal foi a retirada da antena da internet, para nos foi muito ruim, porque essa comunidade aqui ela sempre usou nosso ponto de cultura, o ninho do colibri, sempre foi usado desde que foi implantado Navegapara, foi aberto, foi livre e era muitos alunos vinham e sentava, nós fizemos um quiosque ali, um coreto, colocamos bancos, além do infocentros.

Nessa declaração da liderança do Infocentro do Colibri L. A. sugere duas reflexões, a primeira e a abrangência do papel da internet para comunidade carente e principalmente localizado nas periféricas das cidades e na área rural onde em sua maioria das pessoas, e o acesso a internet vem contribuindo decisivamente para consolidação dos direitos humanos, pois tende ampliar o livre exercício da informação e fortalecendo no pensamento atual o direito a comunicação como um direito humano, por outro lado a retirada obstruir todos os avanços acima citado e o segundo aspecto mais especificamente na área educacional a internet tornou-se um instrumento decisivo para o processo educativo e especial para os alunos, principalmente oriundos da rede pública, pois somos sabedores dar importância do mesmo na atualidade que vivemos, onde sua relevância a cada dia fica mais evidente na sociedade.

Refere-se aqui nesse depoimento um outro olhar da comunidade em relação ao papel dos Infocentros, nessa visão a esfera pública permite organização de trabalho colaborativo em seus vários aspectos ao deixar livre a internet para comunidade, sugere que as pessoas podem pesquisa de forma ilimitada saindo da mídia convencional, assim como possibilitou ações coletivas para comunidade. Por meio das diversas formas de acesso a internet, indivíduos e coletivos estariam mais aptos a observar, refletir, analisar, estudar, exercendo diversas funções de propulsor de mídias com capacidade de despertar novos assuntos econômicos, sociais e políticos.

A inclusão digital traz consigo a possibilidade de o cidadão ter acesso a informações antes restritas a pequenos grupos ou disponíveis apenas em alguns nichos de saber.

Com 43% da população do país, região sudeste concentra 61% dos assinantes do serviço de internet. Em seguida, está no Sul com 20% dos assinantes e 16% da população. O Centro-oeste tem 9% dos assinantes e 8% da população. Enquanto o Nordeste possui 8% dos assinantes e 30% da população. Por fim, a região Norte

com apenas 2% dos assinantes do país e 8% da população brasileira (CGIBR, 2009) (GONÇALVES, 2011, p.31).

Os Infocentros têm essa função de democratizar o conhecimento. Eles serão peças cruciais para melhorar a educação e para corrigir apenas o passivo histórico do Estado para com os estudantes, principalmente, para com aqueles que vivem em regiões mais afastadas dos centros urbanos. Em outro momento de seu depoimento L. C. A. reafirma sua crítica em nome da comunidade ao processo de desmonte dos Infocentros que vem acontecendo no passar dos meses: “Mais foi uma perda muito grande, porque nossa comunidade é muito carente, a perda aqui desses equipamentos, da internet livre foi muito ruim para nossa gente, e enquanto coordenadora desse espaço, já lutei muito.”

As palavras “Perda” e “carente” estão no enfoque diretamente relacionado no depoimento, nesse momento deixa claro a sua incompatibilidade com as atitudes de tudo que vem ocorrendo com seu Infocentros, da qual é coordenadora, não porque não houve luta por parte da comunidade para manutenção dos seus direitos sociais.

Com efeito danoso da palavra “Perda” associado a palavra subtração, a retirada da antena e dos equipamentos (computadores) ocasiona naquele momento histórico, ponto crucial para investigação e reflexão, como uma política pública estratégica que resultaria em outros aspectos sociais, por exemplo, afetaria dano social, porquanto comprometeria o acesso livre a diversidade de informações necessárias a todo tipo de saberes.

Na análise da constituição da linha da pobreza de Atkinson, Sen crítica que está se fundamenta na noção de baixa renda reconhecendo que está se restringe ao não captar uma importantíssima dimensão, que deve ser observada no momento de entender uma importante questão, qual seja “a da distribuição de renda entre os pobres mesmos (idem, p.120). Justificativa a importância desse dado, afirmando que as variações verificadas no nível abaixo da linha da pobreza, ao não serem conhecidas, passam ao largo de um importante fator que é de se saber quais são as condições reais da população pobre; ou seja, impende que se “preste atenção a todos e cada um dos três aspectos de identificação dos pobres; agregação das estatísticas referentes aos pobres e a distribuição de renda entre os pobres mesmos (PONTES, 2013,p.83).

Em um outro depoimento, feito pelo conselheiro do Infocentro da associação dos moradores Jardim Europa da dimensão da reunião que aconteceu na sede da SEDECT com secretário. D. F. afirmou:

A reunião com secretário Alex Fiuza ao não apresentar nenhuma justificativa ou demonstração que o Estado não tem recursos para arcar os pagamentos da conta de energia, saímos com muita desconfiança de seu compromisso com a política dos infocentros, percebemos que o fim do dos infocentros estava no seu processo terminal, na medida que na maioria das entidades não tem condições de arcar com pagamento da energia elétrica.

Mais uma declaração que colocar o pobre sem perspectiva de ampliação dos seus direitos sociais, econômicos e políticos, pois direitos vão além dos bens materiais, dos quais repousam em outras variedades como: educação com qualidade, lazer, saúde, cultura, acesso as novas tecnologias. “Reportando-se a Rawls, Sen refere que uma proposta igualitária aceitável não deveria basear-se somente na igualdade de bens primários, porque a posse desses bens não garante o alcance de valor maior que é a autentica liberdade” (PONTES, 2013, p.50).

Vejamos a resposta da coordenadora do Infocentros da associação folclórica e cultural colibri de outeiro L. C. A., a pergunta de como você avalia o fim dos Infocentros em 2011? “Péssimo, porque tirou o pouco que as comunidades tinham para se manter informados, os alunos da rede de ensino se sentiram abandonados porque o governo dá e ele mesmo tira”

Mais uma vez na estrutura de sua resposta destaca-se a importância da internet para comunidade e principalmente para os alunos de escola pública sendo que a sua retirada inviabiliza interface entre a tecnologia e a inclusão social a qual vai proporcionar um processo de pessoas desconecta, e ajudar no aprofundamento da desigualdade social. Por isso os infocentros são sumamente importantes pois, como se observa nas palavras da Conselheira S. F.:

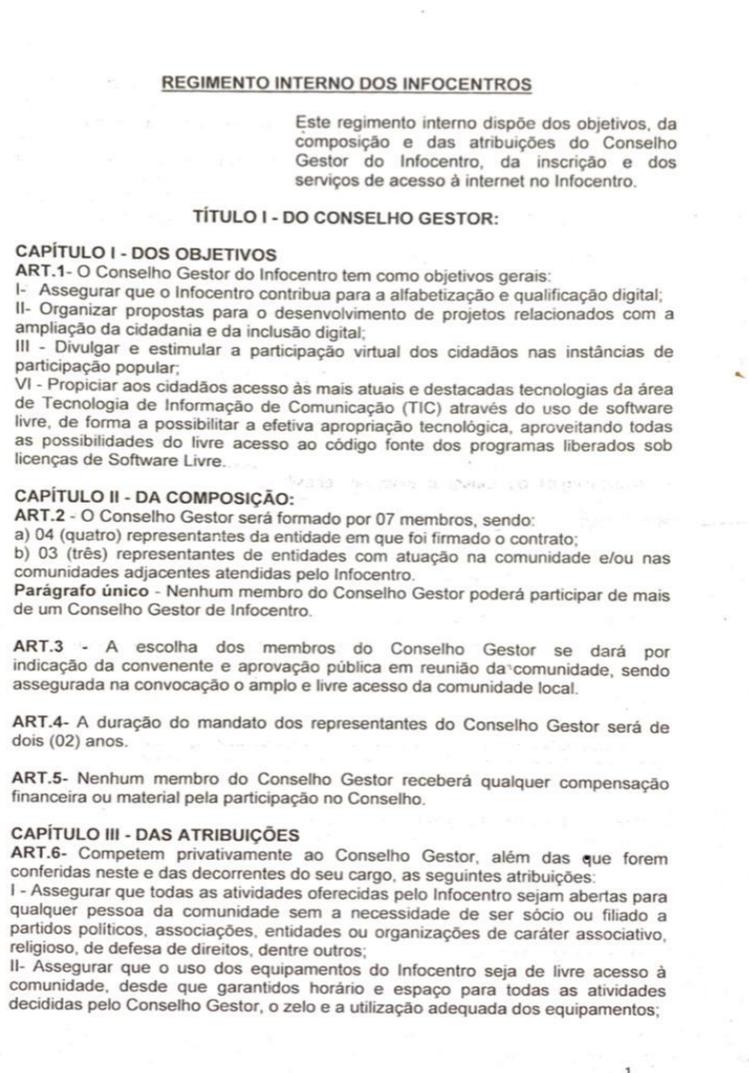
Um dos objetivos dos infocentros era propiciar o acesso da internet de qualidade para nossos jovens e também, claro, para os adultos pois tinha também muitas crianças envolvidas, usando internet para realizarem os cursos aqui desenvolvidos nos três turnos; esse objetivo estava em nosso regimento interno dos infocentros que, na época, foi aprovado na assembleia geral da comunidade, convocado pela nossa entidade.

Destacamos aqui parte do regimento interno dos Infocentros do título I- dos conselhos gestores, Capítulo I dos objetivos, art.1, inciso VI, que colabora com a ideia

da conselheira S. F. de ampliação ao acesso a internet para toda a comunidade com qualidade:

Propiciar aos cidadãos acesso as mais atuais e destacadas tecnologias da área de tecnologia da área de tecnologias de informação e comunicação (TIC) através do uso de software livre, de forma a possibilitar a efetiva apropriação tecnológica, aproveitando todas as possibilidades do livre acesso ao código fonte dos programas liberados sob licenças de software livre.

IMAGEM 13:REGIMENTO INTERNO DOS INFOCENTRO.



Fonte: Pesquisa documental em 2020.

É importante registrar que o regimento interno foi elaborado pela Coordenação do Infocentros e colocado a disposição como modelo para discussão e aprovação nas comunidades, onde o projeto dos Infocentros foram implantados.

Vejamos a frase simples “o governo dar e ele mesmo tira”, presente nas falas de alguns conselheiros. É importante ressaltar que há 2 tipos de modo de governar: um governo preocupado com as questões sociais que tem lógica da inclusão social com diálogo com a comunidade e outro tipo de governo em retira direitos, sem nenhum processo de diálogo, duas gestões de governos com posturas diferentes e opostos em sua forma de pensar e atuar com as políticas públicas, um comprometido efetivamente com uma política pública de inclusão social e o outro tipo de governo centrado na lógica do mercado onde chamamos de focalização

Os projetos de democracia digital em processo de construção não se enquadram em modelo único, cada experiência é salutar para sua utilização, longe de achar uma solução definitiva, os Infocentros tinham seus objetos, metodologia no seu campo de atuação.

Outra frase impactante no decorrer do processo de investigação, quanto ao fim dos Infocentros foi “Uma grande perda para o Estado do Para”. Assim foi a resposta ao ser perguntada como ela via o fim dos Infocentros da conselheira e diretora, respectivamente do Infocentro e da instituição Lar Fabiano de Cristo, A. M. B. É importante registrar que foi o primeiro Infocentro a se implantar no Estado do Para na região metropolitana de Belém, sendo que tal relato sugere uma crítica direta pela falta de uma estratégia de futuro, pois a perspectiva das sociedades é evoluir além das questões materiais.

Com o artigo intitulado “Infocentro Guamá com acesso a tecnologia de ponta, publicado no jornal Diário do Para no dia 15/5/2008 fazendo referência da inauguração do primeiro (1) Infocentro na região metropolitana de Belém que foi implantado na instituição filantrópica Lar Fabiano de Cristo situado no Bairro do Guamá com a presença da governadora do Estado Ana Júlia Carepa (PT) e do secretário de desenvolvimento ciência e tecnologia Maurilio Monteiro.

IMAGEM 14: REPORTAGEM NO DIÁRIO DO PARÁ SOBRE A INAUGURAÇÃO DO INFOCENTRO.



Fonte: Pesquisa documental em 2020.

No mesmo escopo da matéria jornalística do jornal “Diário do Pará” o Secretário Estadual Maurilio Monteiro procurou demonstrar a dimensão estadual do projeto e como estava a implantação dos Infocentros em todo o Estado do Pará. Segundo informações do veículo de comunicação:

Até o final do mandato a governadora vai inaugurar 300 infocentros e 300 escolas serão beneficiadas com internet da alta velocidade em todo Estado através das infovias. Serão dois mil quilômetros de fibra óptica utilizadas, de Santa Maria até Itaituba completou secretário. (MONTEIRO, 2008)

Ainda na mesma exposição da reportagem do jornal Diário do Pará, a governadora Ana Julia (PT), destacamos o seguinte comentário:

O navegapa pretende dar mais qualidade de vida a população, através de um espaço que oferecera noções de informática, acesso gratuito à internet de altíssima qualidade, ou seja, alta tecnologia”. Superintendência do Planejamento Territorial. (2008.Caderno para reflexões.p.105)

Na ideia de interligar a resposta da coordenadora do Infocentro Lar Fabiano de Cristo A. M. com os dados obtidos do relatório de Gestão no período 2008-2009-2010 NAVEGAPARA INFOCENTRO e já registrado nesse trabalho com os números de Infocentros implantados pelo governo do Estado do Para (179 Infocentros) em todas as regiões do estado, vem sinalizando que a concepção da coordenadora sobre a importância e a dimensão (amplitude) que os Infocentros desempenharam para o desenvolvimento social do Estado, aliado com tecnologia de ponta foi fundamental beneficiar milhares de pessoas oriundas de comunidades em sua maioria localizada na periferias das grandes cidades vem ganhando relevo para os dias de hoje.

Essa dimensão do fim dos Infocentros relacionada a uma perda para o Estado, fica latente com a perspectiva de uma nova forma de desenvolvimento e também uma crítica pela decisão unilateral que o governo realizou nesse debate sem abrir nenhuma possibilidade de diálogo com a sociedade apesar dos esforços do M.S de tentar abrir dialogo, haja vista ter o Infocentro um escopo estratégico de romper o processo de reprodução das condições de miséria, da falta de esperança, e de perspectivas salutareas das populações carentes, fica obvio que a decadência ou o fim definitivo dos Infocentros e o telecentros, fara o processo contrário ao objetivo mencionado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No aspecto acadêmico, a temática acerca da inclusão digital no Brasil ainda é pouco explorada, além da problemática sobre informações a respeito de políticas públicas de inclusão digital nos Estados e municípios. Aqui, buscou-se enunciar a relevante problemática do fim dos Infocentros que fazia parte do programa Navegapará, durante a mudança de mandato do governo da Ana Julia carepa (PT) para a eleição do novo governo de Simão Jatene (PSDB), as consequências geradas para o futuro do desenvolvimento social e econômico da maioria de pessoas de baixa renda com o fim dos espaços que ofereciam acesso à rede.

O fim do Infocentro não foi somente uma mudança de governo foi essencialmente uma mudança de concepção de estado. Essa mudança de concepção de Estado está baseada no modelo neoliberal onde destaca-se que a educação pública e de qualidade está à disposição da elite, e o que resta para os pobres são escolas sem estruturas (sem recursos de aprendizagem, nem bibliotecas e nem computadores de última geração. Essa receita neoliberal não propicia o avanço tecnológico que a humanidade produz no sentido de reverter o processo de exclusão com alto nível de pobreza extrema.

No decorrer dessa temática utilizamos teóricos que pudesse consolidar uma linha de pensamento sobre o conceito de política pública, democracia, cidadania e pobreza. Destaca-se a importância do papel da política pública no contexto social sendo de extrema importância suas ações, como meio garantindo de uma vida digna da população mais pobre, sendo fundamental tal participação estatal. Portanto as políticas públicas correspondem um conjunto de atividades que surgem das necessidades da sociedade, das reivindicações na busca de soluções e ou intervenção do Estado nas suas variadas formas na sociedade. O combate à pobreza vai além das condições materiais (bens primários), além de combater a fome, ou seja, o combate à desigualdade social se faz em conjunto, priorizando a educação e o acesso aos meios tecnológicos, tendo assim, como consequência, o desenvolvimento social.

No contexto atual da sociedade os meios tecnológicos ganharam espaços em diversas áreas, tanto na esfera pública, como particular dos indivíduos. Criou-se a necessidade de se adequar ao novo modelo social, principalmente no âmbito governamental. O Estado buscou a criação de um mecanismo de diálogo que pudessem propor soluções para os problemas enfrentados, tanto no aspecto econômico, como

educacional, tendo em vista a diminuição da desigualdade digital presente na região norte, problema causado pelo alto custo da internet, um dos fatores para a criação do programa NAVEGAPARA.

Os Infocentros tinham força positiva diante da política pública de inclusão digital na região norte, sendo espaços físicos fornecidos para a população mais carente como forma de diminuir a distância entre acesso à rede e fornecimento de software, oportunizando crianças, jovens e adultos que não possuíam condições econômicas de obter esses meios. O trabalho frente aos Infocentros contou com a significativa contribuição de agentes políticos e sociais para a manutenção do espaço. Nas pesquisas realizadas juntos as lideranças dos movimentos sócias, notícias de jornais, depoimentos, os Infocentros como espaço público vinha cumprindo um papel social muito importante nas comunidades realizando várias prestações de serviços como: produzir curriculum, fazer inscrição para Enem, inscrição para concurso públicos, Boletim de ocorrência, consulta no Serasa, trabalhos escolares entre outras atividades sociais, é importante registra que essas atividades em áreas de periferias torna-se mais relevante pela ausência de internet na maioria dos lares e conseqüentemente sua utilização era frequente.

Na intervenção da liderança comunitária evidenciou a falta da internet para os alunos da rede pública que na sua maioria dependia desse espaço para realizar suas pesquisas e responde seus deveres de casa. Ainda no roteiro das entrevistas realizado nesse trabalho procuramos evidenciar com mais detalhes o momento conjuntural dos Infocentros, as concepções ideológicas que estavam norteadando as decisões que resultaram no seu processo a desativação dos Infocentros.

No decorrer do trabalho na coleta de informações, declaração políticas dos atores envolvidos esse momento conjuntural evidenciarmos uma apatia e distanciamento deste do início do seu governo (Jatene) em relação ao diálogo com os Movimentos Sociais, criando assim uma barreira política, e nesse contexto de silencio por parte do governo, levando uma series críticas pelo seu comportamento.

Sustenta-se a ideia que para acabar uma política pública, e o governo toma a primeira atitude e de veta qualquer diálogo com a sociedade civil organizada e depois em algum momento histórico toma uma decisão de “porta fechada” e no último momento apresenta o resultado sem nenhuma justificativa, e anuncia que vai acabar com o projeto, uma decisão unilateral.

Nessa mesma direção ao recolhe depoimento dos dirigentes que representou governo estadual (PSDB) identificamos claramente uma vertente ideológica de cunho

neoliberal, sempre com argumento que o Estado não possui recursos financeiros para arcar políticas públicas e que é preciso transferir para a iniciativa privada a busca da solução, nessa lógica neoliberal, fica evidente a diminuição do papel social do Estado em várias áreas como educação, saúde.

Nos embates nos evidenciou durante esse processo histórico de debate sobre o futuro dos Infocentros, situamos três momentos diferentes, mas interligado no seu processo como um todo, dos quais demandou um estudo dos documentos disponíveis, via entrevistas, cartaz de eventos, fotos de jornais da época, vejamos a seguinte cronologia do qual foi se montando no processo de nossa pesquisa:

No primeiro momento as entidades que tinha a implantação de Infocentros uma rede de comunicação usando a própria internet como ferramenta para unificar a pauta junto ao governo e nesse processo foi elaborado o “Manifesto Popular” nome batizada pela própria rede. Esses dois instrumentos a Rede e o Manifesto, o primeiro materializar a ideia que a internet pode propiciar espaço democráticos para troca de ideias e consolidar politicamente a própria rede e conseqüentemente o manifesto sua reivindicação, tornou um instrumento importante para as mobilizações dos Infocentros, inclusive para organizar a audiência pública para tratar do futuro dos Infocentros e convocado pelo Deputado Edilson Moura (PT)

O Esse instrumento importante nesse processo foi a elaboração do manifesto que foi pensado e digitado por várias mãos e mentes ajudado pela internet viabilizando a interligação dos Infocentros espalhados por toda região metropolitana e por todo Estado do Para.

O programa Navegapará é uma política pública fundamental para inclusão digital e democratização política da sociedade paraense e principalmente os setores de baixa renda, na medida que observamos os números da região norte acerca do acesso à internet que é bem menor que todas outras regiões do Brasil. Os números apresentados de implantação dos Infocentros no total de 179 em todo estado do Para conforme o relatório apresentado pela gestão da SEDECT foi um aspecto bastante citado e reforçado como instrumento importante de colocar internet a disposição da população, principalmente reforçada pela pesquisa que as maiorias dos Infocentros estão localizados na periferia das cidades grandes e no interior do Estado e seu público respectivamente era vindo do seu redor de comunidade carente.

O debate sobre o fim do Infocentros que aconteceu na Audiência pública da ALEPA solicitado pelo Movimentos Sociais e os integrantes do conselho de gestão dos

Infocentros da região metropolitana, e interior do Estado e convocado pelo deputado Estadual Edilson Moura (PT), nesse momento com a mediação dos deputados estaduais e a presença da representação do governo e a sociedade civil representado pelas entidades que tinha em suas sedes a implantação dos Infocentros. Neste panorama os relatos feitos por vários conselheiros e conselheiras identificamos a composição da mesa diretora da audiência pública e da qual revelou um fato importante que foi a ausência do secretário Estadual Alex Fiuza, visto como esvaziamento do debate na perspectiva de solução do impasse que estava colocado até aquele momento, repercutindo negativamente entre os integrantes dos movimentos sociais.

Mais uma vez os relatos descrevem de todo processo das oratórias dos conselheiros reafirmando a importância da permanência dos Infocentros nas comunidades pois os mesmos contribuíram para melhoria de qualidade principalmente na área educação. Nos depoimentos o processo formativo dos alunos e um ponto positivo não só pela necessidade da internet como também acabava sendo um reforço extra escolar, os depoimentos passaram outra mensagem sobre o aspecto positivo já relatado aqui, que foi o seu lado social amplamente utilizado pela comunidade.

No terceiro momento com os depoimentos dos conselheiros dos Infocentros e posteriormente os resultados da reunião com Secretario Alex Fiuza tivemos uma confluência dos resultado que são semelhantes nos estudos, os depoimentos sinalizaram que nessa reunião o secretario “bateu o martelo” de não tinha como continuar arcando com o pagamento da energia elétrica, abrindo um outro debate relevante e atual que é disputa do orçamento público, na qual o orçamento em sua maioria fica destinado para os interesses da elite econômica, pois a política orçamentaria tem o seu formato e sua estruturação na lógica da política econômica do governo que está exercendo poder naquela conjuntura na qual subordina suas políticas públicas ao interesse do modelo capitalista.

Vinha-se percebendo que os primeiros passos do governo era se desvincular dessa política pública que ao longo do processo de desmonte dos Infocentros a partir do momento que o governo não iria arcar com as despesas das UC (Unidade Consumidora) dos Infocentros, repassando a responsabilidade para os próprios Infocentros pagarem a conta de energia. Em suma, nenhuma entidade da sociedade civil conseguiu estabelecer alguma parceria com a iniciativa privada, principalmente porque os Infocentros não tem nenhum propósito de obter lucro, tendo seu sucateamento inevitável ao passar do tempo.

O Pará possuía um projeto de inclusão digital que na sua concepção foi interrompida por um novo governo com concepção também diferente que levou ao processo de desmonte, não surgindo nenhuma alternativa no seu lugar. Qual seria o salto de qualidade se ainda o projeto Navegapara tivesse sido encarado como estratégico até os dias de hoje, certamente poderia ter um outro quadro social, econômico que pudesse enfrentar os efeitos da pandemia de COVID-19 que está aprofundando ainda mais as desigualdades já existentes.

Esse trabalho buscou investigar se a desativação dos Infocentros ocorrida com a mudança de governo em 2011, bem como o desvio de finalidade do Programa Navegapará e impedimento do desenvolvimento social e econômico de pessoas de baixa renda. Os dados confirmaram a hipótese do trabalho que a mudança de governo em 2011, não priorizou políticas de inclusão social, a nova gestão optou com a política mais tecnicista privilegiando instituições de ensino superior e pesquisa, se afastando a ideia inicial de democratização da informação e das novas tecnologias. Assim, a partir dos 2011 começa um processo de sucateamento e fechamentos dos Infocentros e conseqüentemente da proposta de inclusão digital para população carente de áreas periféricas e interiorana do Pará, frustrando a perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico de grande parte dos paraenses.

Contudo esse trabalho levantou questões adicionais a serem estudadas posteriormente, dado o caráter e a falta de estudos sobre o tema da inclusão digital na Amazônia. Sendo assim, as possíveis considerações de estudos posteriores são: a) os impactos do programa Navegapará para periferia das regiões atendidas? b) qual a concepção dos monitores e gestores sobre a inclusão digital? c) como o acesso à internet gratuita, a implantação de Infocentros e a capacitação comunidade possibilitam a inclusão digital das pessoas pobres e socialmente excluídas? d) O programa de Navegapará é um confronto a meritocracia? Estas são algumas questões que merecem futuras reflexões.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AFONSO, Carlos A. **Políticas Públicas e Inclusão Digital**. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2006. São Paulo, 2007, pp. 47-53.

AGUILAR, L. Política pública: una mirada al presente y al futuro. **Opera**. 12, nov. 2012, 31-61. Disponível: <<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/opera/article/view/3649/3741>>. Acesso: 15 nov. 21.

ASSIS, E., **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**, Dissertação de mestrado, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2006.

“BRASIL Conectado: Programa Nacional de Banda Larga”, UNESCO, 2010. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/br_4029.pdf acesso em: 15/08/2021

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos** / Elaine Rossetti Behring; – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. Política. In: **Dicionário de política** / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale *et al.*; coord. trad. João Ferreira; Vol. I, 1ª ed., – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 954-962

CARMO, Paloma; DUARTE, Felipe; GOMES, Ana Bárbara. **Inclusão Digital como Política Pública: Brasil e América do Sul em perspectiva**. Instituto de Referência em Internet e Sociedade: Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://irisbh.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Inclus%C3%A3o-Digital-como-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-IRIS.pdf> . Acesso em: 02/08/2021

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra Globalização: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: record, 2003. p. 255-287.

CEPAL. **Os países da região destacam a importância de formular políticas públicas coerentes visando ao fortalecimento do planejamento para o desenvolvimento**. Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); publicado em: 30 de agosto de 2019. Disponível: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/os-paises-regiao-destacam-importancia-formular-politicas-publicas-coerentes-visando>>. Acesso em: 14 nov. 2021

CERVO, A. et al. **Metodologia Científica**. São Paulo: PEARSON, 2014

CONSTANT, Benjamin. De la libertad de los antiguos comparada con la de los modernos. In: _____. **Escrito Políticos**. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

CORTINA, Adeli. **Aporafobia: acesso ao pobre, um desafio para a democracia**. São Paulo: contracorrente, 2020.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. **Gestão e estratégia em políticas públicas**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Pierre. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal / P. Dardot, C. Laval; trad. Mariana Echalar. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEHL, R. C.; COSTA, M. M. M. Políticas públicas na América Latina: investindo no capital social, potencializando o acesso aos direitos. **RJLB**, Ano 5 (2019), nº 5, 1567-1592. Disponível: <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/5/2019_05_1567_1592.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FARIA, Cláudia Feres. **Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman**. Revista Lua Nova, n.º 50, p. 47-68, 2000.

Soares de. **O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o legislativo na elaboração das leis?** Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

FARIA, *et al.* **Políticas públicas na América Latina**: novas territorialidades e processos [recurso eletrônico] / organizadores Carlos Aurélio Pimenta de Faria ... [et. al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. Disponível: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213376>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**, 2013. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/politicas-sociais-desenvolvimento-e-cidadania-volume-2/>. Acesso em: 02/08/2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2006

HABERMAS, J. **Consciência Moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979 .(Os Pensadores)

MAUÉS, Eva. **Guamá com acesso à tecnologia de ponta**. Diário do Pará, Belém – Pará, 15 de maio de 2008, Cardeno Cidades, página A6.

PARÁ, Governo do Estado do. **Caderno para reflexões, Superintendência estadual do planejamento territorial e participativo do Pará – SEPOF**. Belém – Pará, 2008.

PARÁ, Governo do Estado do. **Ofício Circular nº 016/2015 – SECTET**. Belém – Pará, 25 de agosto de 2015.

PARÁ. Regimento interno das reuniões de comissões, seção VI, art. 60 nº 27.889 (25 de janeiro de 1995). **Diário oficial do ESTADO**. Belém, Pará: Centro Gráfico, 1995.

PASE, H. L.; MELO, C. C. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Rev. de Administração Pública**, Rio de Janeiro 51:312-329, mar.-abr. 2017. Disponível:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/jr9G6qgp3Msfnd7vKWzgcgN/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 15 nov. 2021.

PINHEIRO, Vinícius C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12 – Jun/Dez 1995. Disponível:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4017/4/PPP_n12_Modelos.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Cidadania x pobreza: A dialética dos conceitos na política social na era FHC**. – 1 ed. Curitiba: Appris, 2013.

RECUERO, Raquel da Cunha. Redes Sociais no Ciberespaço: Uma proposta de Estudo. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** ... Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0096-1.pdf>. Acesso 20.05.2013

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para aprender Políticas Públicas: conceitos e Teorias**. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas. Disponível: <igep.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>.

Acesso em: 14 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARAVIA, Enrique. **Política pública, política cultural, indústrias culturais e indústrias criativas**. In: Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional** / Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista; – 4. ed., 1. Reimpressão – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1984.

SORJ, Bernardo. **brasil@pivo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Ed; Brasília, DF: Unesco. 2003. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Brasil_povo_com/o1arykLVxFkC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Inclus%C3%A3o+digital+no+Brasil&printsec=frontcover

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Léo. **Navegapará já está presente em 60 municípios**. Público, Belém – Pará, 25 de maio de 2010, Caderno Especial, página 16.

TUBELLA, Imma. **Televisão e internet na construção da identidade**. In: CASTELL, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org). *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 2005. p. 281-290

Anexos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACS
MAESTRIA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “PROGRAMA NAVEGAPARÁ DE INCLUSÃO DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, NO ESTADO DO PARÁ, NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2014.”, sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Profa. Mestre Jussia Carvalho da Silva Ventura e o mestrando Flavio Risuenho Lauande, o qual visa analisar o Programa Navegapará no período de 2007 a 2014, no sentido de compreender as mudanças ocorridas nessa Política Pública de inclusão digital em gestões governamentais distintas. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista e atividade em grupo. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são nulos, já que não será exposto a qualquer situação que seja prejudicial. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a pesquisa científica e o incremento do conhecimento na área a ser estudada. Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá, Belém-PA , 66075-110 Telefone: 91- 982796296

Consentimento Pós-Informação. Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar

nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ___/ ___/ _____ Assinatura do participante

_____ Impressão do dedo

polegar, caso não saiba assinar: Assinatura do Pesquisador Responsável:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACS
MAESTRIA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

PESQUISA: PROGRAMA NAVEGAPARÁ DE INCLUSÃO DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, NO ESTADO DO PARÁ, NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2014.

QUESTIONÁRIO -1

Para aplicar às Coordenadoras das ONGS parceiras dos Infocentros

1 – Identificação da ONGs
1.1- Nome (e sigla) da organização não governamental(ONGs):
1.2 – Data da criação
1.3 – Local onde está situada a ONGs (cidade, endereço completo)
1.4 – As reuniões acontecem: 1 () Sede da entidade 2 () Casa de associadas 3 () Local Público, onde? 4 () Outro. Qual?
1.5 – Abrangência da atuação: 1 () Nacional 2 () Regional 3 () Estadual 4 () Local (Especificar município) _____

1.14 - Importância do Programa Navega Pará para inclusão digital:		
1 () Muito importante		
2 () Importante		
3 () Não é importante		
4 () Outra resposta. Qual? _____		
1.15 – Vc considera importante a parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia – SEDECT e Organizações não governamentais.		
1 () Sim . justificar _____		

2 () Não . justificar _____		

1.16 - Dessa parceria houve recursos para a manutenção da sede da ONGs?	1 () Sim	2 () Não

1.17 - Quais as maiores dificuldades na implantação dos infocentros no Programa Navegapará?		

1.18- Quais as maiores os benefícios que os infocentros no Programa Navegapará ofereceu a sociedade paraense?		

1.19- Como você avalia o fim dos infocentros em 2011?		

1.20- Na sua opinião, como está a atualmente o Programa Navegapará?		